

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Osmil Sampaio Leite

**UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DO INSTITUTO
EDUCACIONAL “MATHEUS MAYLASKY”**

**Sorocaba/SP
2017**

Osmil Sampaio Leite

**UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DO INSTITUTO
EDUCACIONAL “MATHEUS MAYLASKY”**

Tese apresentada à Banca Examinadora
do Programa de Doutorado em Educação
da Universidade de Sorocaba, como
exigência parcial para obtenção do título
de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

**Sorocaba/SP
2017**

Ficha Catalográfica

Leite, Osmil Sampaio
L554a Uma análise sobre a participação da comunidade do Instituto
Educacional “Matheus Maylaski” / Osmil Sampaio Leite. -- 2017.
95 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba,
Sorocaba, SP, 2017.

1. Educação – Sorocaba (SP) - História. 2. Instituto Educacional
Matheus Maylaski – Sorocaba (SP) – História. 3. Comunidade e
escola. I. Sandano, Wilson, orient. II. Universidade de Sorocaba. III.
Título.

Osmil Sampaio Leite

**UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DO INSTITUTO
EDUCACIONAL “MATHEUS MAYLASKY”**

Tese aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Doutor no
programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba

Profª. Drª. Adriana Aparecida Alves da Silva
Instituto de Educação Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo
Universidade de Sorocaba

Prof. Dr. José Roberto Garcia
Universidade de Sorocaba

Profª. Drª. Vânia Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba

Dedico este trabalho aos meus filhos Bianca da Silva Leite, Fabíola da Silva Leite e Geison da Silva Leite e minha neta Gabriela Leite Souza e em especial à Graziella Andreia Malagó pela atenção, carinho e dedicação com que apoiou e ajudou no cumprimento desta empreitada.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Wilson Sandano pela sua paciência dobrada nas orientações, tanto no Mestrado, como agora no Doutorado em todo desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do programa do Doutorado em Educação pela preciosa contribuição e apoio no decorrer do curso.

À Banca Examinadora composta pelos professores: Dr^a. Adriana Aparecida Alves da Silva, Dr. Jefferson Carriello do Carmo, Dr. José Roberto Garcia e Dr^a. Vania Regina Boschetti.

À direção da Escola Municipal “Matheus Maylasky”, que gentilmente nos atendeu e disponibilizou o acervo para as nossas pesquisas.

À Prof^a. M^a. Graziella Andreia Malagó pela sua enorme contribuição apoiando e incentivando nesta árdua caminhada.

Aos colegas dos colegiados dos cursos de Administração; Gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira que sempre nos apoiaram.

À Universidade de Sorocaba – Uniso por acreditar em nosso trabalho.

A todos que de maneira direta ou indiretamente possibilitaram a realização deste trabalho.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

(Michael Foucault)

RESUMO

Esta tese analisa como a comunidade local agiu para manter a qualidade de ensino no Instituto Educacional "Matheus Maylasky" de Sorocaba. A dinâmica das ações desta comunidade ocorre dentro da escola, desde a simples manutenção do prédio até as questões que poderiam influenciar o ensino dos alunos. A pesquisa realizada teve como objetivo analisar o decurso dos acontecimentos históricos relevantes e as relações da comunidade diante das políticas adotadas pela Ferrovia Paulista S.A - FEPASA para a escola, mediante levantamento feito no período de 1970 a 1995. Para o desenvolvimento deste trabalho foram consultados os Livros de Atas da Associação de Pais e Mestres - APM existentes no acervo do Instituto Educacional "Matheus Maylasky", os jornais da época que retratam o movimento da comunidade e suas articulações entre o Instituto Educacional e a FEPASA, além de realizadas entrevistas com atores que vivenciaram esses fatos históricos. Verificou-se que as principais ações da comunidade em períodos considerados críticos para a sobrevivência da escola, como em 1981, 1985 e 1995, contribuíram para preservação, correção de rumos, bem como para mudanças pretendidas e alcançadas junto com o Instituto Educacional "Matheus Maylasky".

Palavras-chave: Instituto Educacional Matheus Maylasky. Comunidade. Educação Escolar. FEPASA.

ABSTRACT

This thesis examines how the local community has acted to maintain the quality of teaching in the Educational Institute "Matheus Maylasky", in Sorocaba. The dynamics of the actions of this community occurs within the school, from simple maintenance of the building, such as the issues that could influence the teaching of students. The research carried out aimed to analyze the course of historical events, the community's relations in the face of the policies adopted by the Paulista Railroad - FEPASA for the school, through the survey done in the period from 1970 to 1995. For the development of this work consultations were held on the books of the Association of Parents and Teachers - APM in the collections of the Instituto Educacional "Matheus Maylasky", the newspapers of the era that depict the movement of the community and its articulations between the Educational Institute "Matheus Maylasky" and FEPASA. Were performed, also, interviews with actors who have experienced these historical facts. It was found that the main actions of the Community, in periods considered critical for the survival of the school occurred in 1981, 1985 and 1995, contributed to preserving, correction of directions, as well as changes desired and achieved by the Educational Institute "Matheus Maylasky".

Keywords: Matheus Maylasky Educational Institute. Community. Schooling Education. FEPASA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM-	Associação de Pais e Mestres;
CFE -	Conselho Federal da Educação;
CIPA -	Comissão Interna de Prevenção de Acidente;
CNBB -	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
CNI -	Confederação Nacional das Indústrias;
CNTE -	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação;
CONSED -	Conselho Nacional de Educação;
CPC -	Centro Popular de Cultura;
CRUB -	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras;
EFS -	Estrada de Ferro Sorocabana;
E.U.A. -	Estados Unidos da América;
FEPASA -	Ferrovias Paulista S.A;
IEMM -	Instituto Educacional Matheus Maylasky;
LOM -	Lei Orgânica Municipal;
MEB -	Movimento de Educação de Base;
MEC -	Ministério da Educação e Cultura;
MOBRAL -	Movimento Brasileiro de Alfabetização;
OAB -	Ordem dos Advogados do Brasil;
PDS-	Partido Democrático Social;
PNUD-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
UNDIME -	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação;
UNE -	União Nacional dos Estudantes;
UNESCO-	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura;
UNICEF-	Fundo das Nações Unidas para a Infância;
U.R.S.S. -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1970 A 1995.....	18
2.1 Mudanças e transformações na Educação.....	23
2.2 Novos rumos da educação no Brasil e a participação do Banco Mundial	26
3 INSTITUTO EDUCACIONAL “MATHEUS MAYLASKY” E SUA HISTÓRIA	31
4 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA HISTÓRIA DO INSTITUTO EDUCACIONAL “MATHEUS MAYLASKY”.	45
4.1 Transformações ocorridas no IEMM pela FEPASA a partir de 1972	46
4.2 Episódios relevantes ocorridos a partir de 1981	56
4.3 Episódios relevantes ocorridos a partir de 1985	58
4.3.1 Depoimentos que retratam o sentimento de alguns envolvidos neste período. ..	73
4.4 Episódios relevantes ocorridos a partir de 1995	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto de estudo a comunidade¹ do Instituto Educacional "Matheus Maylasky", representada pelos pais, professores e funcionários.

Considerando que o objetivo desta pesquisa foi compreender o envolvimento e a participação dessa comunidade na escola, delimitou-se este estudo entre 1972 e 1995, período esse em que a comunidade assumiu um papel de liderança para manter, preservar a escola e garantir a qualidade do ensino, creditado como premissa básica por ela, desde a inauguração em 1952. Para essa comunidade, o conceito de qualidade² referia-se a um padrão diferenciado que a tinha como referência de ensino, considerada superior em relação à escola pública, pois ali se desenvolvia um conteúdo aprimorado, com disciplinas que enriqueciam o conhecimento e sustentavam uma formação futura para diversas áreas do conhecimento, característica essa não percebida nas escolas públicas.

Esta escola foi criada pela direção da Estrada de Ferro Sorocabana – (EFS) para atender filhos e parentes de seus funcionários, influenciada pelas normas previstas na Constituição que, após a queda de Getúlio Vargas e com a promulgação em 1946, definiu que a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola, inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, e estabeleceu também que empresas com mais de cem trabalhadores eram obrigadas a manter ensino gratuito aos servidores e seus filhos.

¹ Neste trabalho, o termo comunidade, foi utilizado para “ (...) significar tão somente (e por falta de expressão mais adequada) o conjunto de pais/famílias que, ou por residirem no âmbito regional servido por determinada escola, ou por terem fácil acesso físico a ela, são usuários, efetivos ou potenciais, de seus serviços”. (PARO, 2016, p. 21).

² A qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extra escolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos. Merecem destaques características, como: gestão financeira, administrativa e pedagógica, os juízos de valor, as propriedades que explicitam a natureza do trabalho escolar, bem como a visão dos agentes escolares e da comunidade referente ao papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido. (DOURADO, OLIVEIRA, 2009, p. 201-206).

Também as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para seus servidores e os filhos destes, além de dispensarem atenção especial para com seus trabalhadores menores no que se refere a sua aprendizagem (BRASIL. PLANALTO, 1946).

Pela representatividade que a EFS ostentava na época, a proposta da escola ia além da legislação, tendo também um cunho social, assim não somente filhos, mas parentes dos ferroviários, em primeiro grau também poderiam ser beneficiados.

A partir da década de 1970, a escola passou por transformações determinadas pelas políticas internas da ferrovia, quando o Instituto de Engenharia do Estado de São Paulo sugeriu a formação da Rede Ferroviária Paulista, que deu origem à Ferrovias Paulista S.A. (FEPASA)³, prejudicando o desenvolvimento da escola ao desativar o curso primário, que só foi retomado a partir de 1975. A comunidade, não desejando passar pela mesma situação, intensificou sua participação na preservação da escola envolvendo-se não somente na aprovação de decisões em reuniões, mas assumiu um papel na gestão junto com a direção e o corpo docente, que se consolidou com a formação da Associação de Pais e Mestres (APM), que se estabeleceria definitivamente a partir de 1981. Logo, o foco principal dessa pesquisa é compreender o significado da participação da comunidade local como incentivadora do Instituto Educacional "Matheus Maylasky" na preservação da escola, que estava sob a responsabilidade da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) até quando foi unificada com outras ferrovias pelo governo do estado de São Paulo, sob a denominação de Ferrovias Paulista S.A. (FEPASA).

³ Na realidade, essa ideia de unificação remonta à década de 40, porém só começou a tomar forma em 1961 quando o Instituto de Engenharia de São Paulo, por sua própria iniciativa, sugeriu a formação da Rede Ferroviária Paulista (RFP). Por três vezes, projetos nesse sentido foram apresentados à Assembleia Legislativa (1962, 1966 e 1967), porém somente da última vez a ideia tomou corpo e logrou sua aprovação, quando era Secretário dos Transportes o governador Paulo Salim Maluf. Em 29 de maio de 1967, os Decretos 48.028 e 48.029 colocavam, respectivamente, a estrada de Ferro Araraquara sob administração da Companhia Paulista e a Estrada de Ferro São Paulo - Minas sob administração da Companhia Mogiana. Esse foi o primeiro passo, seguido pelo Decreto-Lei de 18 de setembro de 1969 - alterado pela lei de dezembro de 1970 - através do qual o governo paulista autorizava a constituição e organização de três sociedades por ações, sob as denominações de Estrada de Ferro Sorocabana S/A., Estrada de Ferro Araraquara S/A. e Estrada de Ferro São Paulo - Minas S/A. Em 31 de dezembro foram lavradas as respectivas escrituras de constituição, fixando-se a data de início das suas atividades para o dia 1º de janeiro do ano seguinte. Finalmente, a Lei 10.410 de 28 de outubro de 1971 criava a FEPASA. A unificação definitiva das cinco ferrovias ocorreu em 10 de novembro de 1971, data que marca o início da existência da empresa. (FERRAZ, 2005, p. 112).

Para entender esse processo, parte-se de uma análise sobre a preservação do patrimônio da escola e a importância na conservação da memória escolar, efetuando uma investigação em documentos e registros, nos arquivos da própria escola, arquivos no Gabinete de Leitura Sorocabano e arquivos dos jornais *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*. Também alguns depoimentos em entrevista com atores que vivenciaram o período estudado, os quais contribuíram para complementar os fatos, pois a subjetividade da memória escolar é tratada como patrimônio na sua preservação, conforme Souza (2013):

As justificativas para a preservação do patrimônio escolar tendem a reiterar a importância da conservação da memória da escola, remetendo a seus vínculos com a formação da infância e da juventude e a espaço de transmissão de cultura e processos de construção de subjetividades e de identidades. Outra argumentação frequentemente ressaltada é a importância da salvaguarda das fontes de pesquisa para as investigações em história da educação. Em que pese a legitimidade dessas justificativas, a conservação do patrimônio escolar deveria servir, em primeiro lugar, às próprias escolas e à comunidade escolar para reconhecer o significado sociocultural da instituição, como memória afetiva da experiência escolar, mas, principalmente, como ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos de sua atuação no presente. (SOUZA, 2013, p. 212-213).

Alberti define o depoimento oral é primordial:

[...]o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão do mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social". (ALBERTI, 2005, p.163).

Além do depoimento oral, transmitir relatos e fatos pessoais, experiências coletivas, nos possibilita olhares e preservação histórica de diferentes sujeitos. Tenca (2006) observa:

[...] a história oral, contudo, tem uma característica muito própria e especial, que é a de criar um documento ou, melhor dizendo, a de contribuir para preservar os olhares de diferentes sujeitos da história. Preservação essa que julgamos ainda mais importante quando se trata de memória de velhos trabalhadores da realidade brasileira. (TENCA, 2006, p.19)

Mediante o levantamento de acontecimentos históricos publicados em jornais

da época, para resgatar o significado de uma instituição escolar criada com a principal responsabilidade para atender uma demanda educacional específica destinada aos filhos e parentes de ferroviários no município de Sorocaba, complementa-se com o depoimento de alguns daqueles que presenciaram tal movimento, cujos olhares puderam transmitir o significado do momento histórico aqui registrado. A preservação desse ideal, em boa parte de sua existência e nos momentos mais críticos, contou com a efetiva participação de sua comunidade, representada pela direção, pelos professores e pelos pais de alunos.

Desta forma, a comunidade participou diretamente na preservação e manutenção da escola, pois, na década de 1980, a escola recebeu uma proposta adotada por políticas internas da FEPASA, de que a mesma deveria passar para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e não mais permanecer na Companhia, porém a comunidade exerceria um papel em defesa da escola em várias frentes, através de movimentos e protestos contra esta proposta, conseguindo êxito ao reverter tal situação. Vale ressaltar que a qualidade do ensino atribuída ao Instituto Educacional "Matheus Maylasky" tem seu reconhecimento intensificado, como uma constante preocupação dos pais, a partir desta década.

Na década de 1990, as políticas internas da FEPASA colocavam questões importantes, como a escassez de recursos financeiros, identificação de problemas na infraestrutura do Instituto Educacional "Matheus Maylasky", sendo um fato alarmante para a comunidade, que se preocupava com a redução da qualidade do ensino oferecida aos educandos e que se movimentavam para que a solução estivesse à altura dos princípios estabelecidos desde a sua fundação, preservando a qualidade do ensino e mantidos pela escola e acreditado pela comunidade.

Neste contexto, identifica-se que a comunidade exerce influência junto ao poder público e à mantenedora da escola, primando pela qualidade no ensino e buscando manter o prestígio da escola como referência em educação, como sempre foi considerada.

A problemática abordada na pesquisa tem como ponto de partida responder as seguintes questões: quando e por que a comunidade decide se organizar em defesa de seus interesses, interagindo nas questões educacionais da escola?; qual a participação da comunidade para manter o ensino de qualidade oferecido pelo

Instituto Educacional "Matheus Maylasky"?

Diante da problemática citada acima, as hipóteses levantadas foram as seguintes: na década de 1970, a comunidade sofre com a desativação da escola. Nas décadas de 1980 e 1990, a participação efetiva nos movimentos e articulações entre o Instituto Educacional "Matheus Maylasky" e a Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) não permitiu que o problema de desativação se repita, conforme relata o Jornal Cruzeiro do Sul da época.

A “quase” extinção dos cursos, por determinação da FEPASA, resultou na queda de alunos que a partir de 1972 foram deixando a escola. A resolução de fechamento destituiu (sic!) as matrículas e só continuou na escola quem já ocupava uma vaga o plano era ir formando os que já estudavam e não receber os novos até a escola fechar. (MATHEUS MAYLASKY,..., 1976).

A comunidade começou a participar de forma mais efetiva articulando-se a partir da retomada da escola em 1976, buscando manter e preservar a escola e principalmente o currículo escolar; a escola era considerada diferenciada em relação a escola pública por apresentar um currículo, sob a ótica dessa comunidade, com qualidade superior. A partir de 1981, a comunidade organizou a Associação de Pais e Mestres – APM, com o intuito de participar mais efetivamente na gestão da escola.

A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa descritiva e documental, que no primeiro momento investiga em documentos os acontecimentos históricos sobre a participação da comunidade no Instituto Educacional "Matheus Maylasky".

Para Fachin (2009):

A Pesquisa documental corresponde a toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada. Considera-se documento qualquer informação sob forma de textos, imagens, sons, sinais em papel/madeira /pedra, gravações, pinturas, incrustações e outros. (FACHIN, 2009, p.33)

E ainda para o autor Le Goff (1979), em Documento/Monumento, ressalta que:

O documento não é qualquer coisa que fica no passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva

recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1979, p. 81)

Na pesquisa documental utilizamos a coleta de dados, onde os registros dos dados devem seguir métodos e técnicas específicos para cada objetivo. Portanto, “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca pela sua identificação”. (FACHIN, 2009, p. 33)

Para tomar conhecimento dos fatos e fenômenos da participação desta comunidade diante do Instituto “Matheus Maylasky”, utilizamos a pesquisa descritiva.

De acordo com Lakatus e Marconi, (1996) a pesquisa descritiva analisa os fatos e fenômenos com o objetivo de tomar conhecimento da situação e descrevê-los.

Trata-se, portanto, de uma modalidade de pesquisa cujo objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo. (LAKATUS E MARCONI ,1996, p. 76)

Segundo Gil (1991), acrescenta que algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação.

Num segundo momento, dá-se prosseguimento à pesquisa com alguns depoimentos orais de atores que vivenciaram a participação desta comunidade junto ao Instituto Educacional "Matheus Maylasky" e sua provedora, a Estrada de Ferro Sorocaba (EFS).

Para os depoimentos orais, a metodologia utilizada foi a da História Oral, que “consiste na realização de entrevistas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2005, p.155).

Nesse contexto, este trabalho está assim estruturado: o segundo capítulo, intitulado "Breve retrospectiva histórica da educação do período de 1970 a 1995", retrata a história do ensino no contexto político do período pesquisado. O terceiro capítulo, "Instituto Educacional 'Matheus Maylasky' e sua história", apresenta a

história do Instituto desde a sua fundação, pela direção da Estrada de Ferro Sorocabana, até o momento da sua municipalização aprovada em plebiscito pela comunidade. O quarto capítulo, "A participação da comunidade na história do Instituto Educacional 'Matheus Maylasky'", demonstra a influência da comunidade na história da escola e sua efetiva participação na preservação e manutenção, bem como na qualidade do ensino, creditada por essa comunidade. Nas considerações finais deste trabalho, destaca-se a relevância do papel de uma comunidade que decide unir suas forças em prol de um objetivo e que, trabalhando intensamente, alcança as metas estabelecidas e escolhe os caminhos que melhor atendem seus interesses.

2 BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1970 A 1995.

Considerando a delimitação do período já tratado no capítulo anterior, este capítulo procurou retratar a educação e sua trajetória entre 1970 a 1995, para melhor compreender os fatos históricos que marcaram a educação neste contexto, bem como visualizar o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” e sua inserção nesse cenário. Para tanto, descrevemos o cenário que levantamos nesse período, demarcando os principais aspectos que deram a conotação histórica da educação e buscando, ao final, fazer uma constatação se houve influência ou não junto ao IEMM⁴, por se tratar de uma escola mantida pela Estrada de Ferro Sorocaba com um regimento próprio, embora respeitasse as normas estabelecidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Assim, serão apresentados os acontecimentos que influenciaram a educação nesse período.

No mundo, os anos 1960 marcaram o recrudescimento da crise entre os blocos capitalista e socialista liderados pelos Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), conflito esse que já começara ao final da Segunda Guerra. Tanto os E.U.A (capitalista) como a U.R.S.S (socialista) tinham ideias opostas para a reconstrução mundial, e foi então que começou uma grande rivalidade entre esses dois países. Quem era melhor? Esse conflito de interesses deu origem à Guerra Fria⁵. Tanto os E.U.A criticavam o socialismo quanto a U.R.S.S criticava o capitalismo. Nesse cenário, a Europa Ocidental, Canadá e Japão se aliaram aos E.U.A, enquanto que a Checoslováquia, Polônia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária, Albânia, parte da Alemanha e a China se uniram à U.R.S.S.

Segundo Rolim, (2012), em ambos os lados, era praticado um imperialismo semelhante, e qualquer hesitação era encarada como traição. Esse clima de guerra atingiu também os países periféricos, e o Brasil não passou ileso.

⁴ IEMM - Instituto Educacional Matheus Maylasky.

⁵ Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e União Soviética – Um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica.

Em 1964, instalou-se o regime militar ditatorial no Brasil. Após 1964, o regime militar, no que se refere à educação, extinguiu ou discriminou movimentos como o Centro Popular de Cultura (CPC), criado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), conforme Francisco Filho:

[...] a União Nacional dos Estudantes (UNE) criou o Centro Popular de Cultura (CPC). Outros movimentos tiveram como palco o Nordeste, dentre eles destacam-se: “De pé no chão também se aprende a ler” e “Movimento de Cultura Popular” (FRANCISCO FILHO, 2013, p. 90).

Neste período, inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, desenvolveu-se a chamada Pedagogia Tecnicista.

Para Schranm:

A pedagogia tecnicista aparece nos Estados Unidos na segunda metade do século XX e é introduzida no Brasil entre 1960 e 1970. Nessa concepção, o homem é considerado um produto do meio. É uma consequência das forças existentes em seu ambiente. A consciência do homem é formada nas relações acidentais que ele estabelece com o meio ou controlada cientificamente através da educação (SCHRANM, 2012 p.100).

A pedagogia tecnicista tinha como proposta formar trabalhadores eficientes, disciplinados e, acima de tudo, produtivos. Além disso, permitia atender a população mais pobre com necessidades de construir saberes, ou seja, aprender.

Conforme Francisco Filho (2013, p.106):

Este tecnicismo influenciou a Lei 5540/68 que regia o ensino superior e a 5692/71, que reorganizou o ensino de 1º e 2º graus, estruturando o 1º grau com oito anos de duração, juntando-se os quatro anos do antigo grupo escolar mais os quatro anos do antigo ginásio, sendo no 2º grau criada a profissionalização obrigatória. Não se resolveram os problemas, sendo a formação profissional enganosa, com as escolas particulares preparando para as grandes universidades, e a escola pública com salas cada vez mais cheias e com pouco recurso também não cumpriu a finalidade. (FRANCISCO FILHO, 2013, p. 106).

A prática escolar nessa pedagogia teve como função especial adequar o sistema educacional à proposta econômica e política do regime militar, preparando, dessa forma, mão de obra para ser aproveitada pelo mercado de trabalho, onde a

pedagogia tecnicista influenciou a mudança comportamental, visando ter indivíduos produzindo e sendo competentes para o trabalho.

De acordo com Libâneo:

A educação atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos "competentes para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente informações precisas, objetivas e rápidas" (LIBÂNEO, 1989, p.290).

Com esse mesmo princípio, o regime militar também criou e manteve o MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, que propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir o indivíduo a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-lo à sua comunidade.

Segundo Paiva (1982), a ideia do MOBRAL encontrava-se no contexto do regime militar, cujo governo passava a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada.

[...] buscava-se ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que esta, se estreitava junto às classes médias em face do AI-5, não devendo ser descartada a hipótese de que tal movimento tenha sido pensado também como instrumento de obtenção de informações sobre o que se passava nos municípios do interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de segurança interna. (PAIVA, 1982, p. 99)

Na década de 1970, o MOBRAL tinha como compromisso a alfabetização de jovens e adultos, porém sua estrutura tinha como preocupação somente ensinar a ler e escrever, ou seja, as aulas proporcionavam alfabetização e letramento. No entanto, a recessão econômica iniciada nos anos de 1980 inviabilizou a continuidade do MOBRAL, que demandava altos recursos para ser mantido. Seus programas foram assim incorporados pela Fundação Educar em 1985, ano em que foi extinto.

De acordo com Menezes e Santos,

O Movimento iniciou suas atividades com o compromisso de dedicar-se à alfabetização de adultos, mas tornou-se uma superestrutura, expandindo-se por todo o país no final da década de 70 e ampliando o seu campo de

atuação às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. As metas iniciais previstas, no entanto, ficaram longe de serem atingidas. Isso porque o Mobral não alterou as bases do analfabetismo, calcadas fundamentalmente na estrutura organizacional da educação no país. Além disso, o seu modelo foi bastante condenado como proposta pedagógica por ter como preocupação principal apenas o ensinar a ler e a escrever, sem nenhuma relação com a formação do homem. (MENEZES; SANTOS, 2001, p. 13).

Ainda em 1970 o cenário educacional não era animador, “alguns indicadores constataavam em torno de 33,6% o índice de analfabetos”. (FRANCISCO FILHO, 2013, p.99).

Buscando mudar este cenário, o regime militar reestruturou a educação pela Lei 5692/71, dividindo o ensino em 1º e 2º graus e superior.

[...] Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento. § 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais; b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial ; § 2º A parte de formação especial de currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau; b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados; § Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por 3º indicação de professores e orientadores. (BRASIL. PLANALTO, 2016).

A educação se inseriu num contexto centralizador e autoritário diante de um regime com regras formuladas para preparação do cidadão para o mercado. O regime militar buscou manter seu controle também no nível superior, mediante uma reforma universitária para conter os movimentos estudantis da época que refletiam a insatisfação com o regime.

O processo de federalização das instituições de ensino superior e as constantes críticas à política universitária, bem como o desenvolvimento do movimento estudantil, ocasionou a reforma de 1968 com base nas Leis de 5.540 e 55.398, que possibilitaram mudanças baseadas na repressão

política e ideológica do corpo discente e do corpo docente. Essa reforma, aliada com os atos institucionais baixados pelo governo militar e a Constituição de 1967, abriram espaço para uma grande transformação do ensino superior, modificando a sua estrutura administrativa e política. No ano de 1968 houve uma intensa mobilização do movimento estudantil, sendo realizados diversos debates e manifestações de rua. O Governo irá realizar uma série de medidas para impedir essas mobilizações. Uma delas é a criação do Grupo de Trabalho no ano de 1968 através do Decreto nº 62.937. Esse grupo tinha como objetivo “[...] estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa. (ANTUNES, 2011, p.102).

Nesse processo de mudanças e transformações no campo da educação, o principal articulador foi Raimundo Valnir Cavalcante Chagas, com formação em direito e pedagogia, membro do Conselho Federal da Educação (CFE), que elaborou praticamente todos os pareceres importantes relativos às reformas do ensino, ao curso de pedagogia, assim como às licenciaturas e à formação de professores de modo geral.

Saviani (1995) menciona Valnir como membro do CFE que tinha total apoio do ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho, e sintetiza essa articulação em seu trabalho no decorrer do governo militar com o seguinte parecer:

[...] parece-me que Valnir Chagas cumpriu sob medida o papel de ideólogo educacional do regime militar. Pelas tarefas que desempenhou; por ser membro do CFE encarregado de traduzir, em termos normativos as expectativas e os desígnios dos governantes; pelo afincamento com que fundamentou e justificou as medidas relativas às políticas educacionais, implementadas pelo regime militar, Valnir exerceu em plenitude a função intelectual de expressar em termos universais, numa linguagem asséptica, objetiva e neutra, a visão para fins pedagógicos, do grupo que ascendeu ao poder com o golpe militar de 1964. (SAVIANI, 1995, p. 379)

Contudo, vale ressaltar que a reforma de 1968 contribuiu para grandes modificações ainda presentes na organização das instituições universitárias no Brasil. Com essa reforma houve acentuados avanços, mas também grandes perdas, pois diversos docentes perderam seus cargos ou foram aposentados compulsoriamente com um controle intenso do regime ao currículo e programas das disciplinas desenvolvidos pelas instituições; por outro lado, possibilitou um maior acesso ao curso superior e desenvolvimento de programas em pós-graduação.

O Decreto-Lei 4 de nº 53/06 reestruturou as universidades que determinou os princípios da organização, “vedava a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; determinava a unidade entre ensino e pesquisa; obrigava à concentração do ensino e da pesquisa básicos, de modo a formarem um sistema comum para toda a universidade. Obrigava, também, à criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em questões pedagógicas – a Faculdade (ou centro de departamento) de Educação. (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003, p. 179).

Por fim, observa-se que o regime militar, no que diz respeito à educação, busca manter a estabilidade do sistema sob seu domínio.

2.1 Mudanças e transformações na Educação

Ao final dos anos 1970, o regime militar começou a dar sinais de esgotamento, e finalmente, em 1979, inicia a abertura política, de forma lenta e gradual, com o retorno de políticos exilados; deu-se um alento com novos ânimos aos movimentos sociais que se desenvolviam, à reorganização de partidos políticos, engajando-se nas lutas em andamento. Em 1982, foram eleitos novos governadores e os membros do Congresso Nacional.

Em 1985, a pressão política pela formação da Assembleia Nacional Constituinte se intensificou, e no ano seguinte foram eleitos deputados e senadores para o Congresso Nacional que, conseqüentemente, seriam os constituintes, tendo começado o trabalho em 1987, sob a presidência do deputado Ulisses Guimarães. A conclusão da Carta Constitucional se deu em 1988, a chamada Constituição Cidadã foi promulgada em 05 de outubro de 1988 e, apesar de ser um avanço, conservou direitos antigos e obsoletos, não inovando nos principais pontos esperados. Finalmente, em 1989, tivemos a desejada eleição direta para presidente, concretizando a transição política e concebida pela democracia. (FRANCISCO FILHO, 2013, P. 114).

No campo da educação, Saviani (1995, p.52) afirma: “[...] a década de 80 se inicia com a construção de entidades destinadas a congregar educadores e de associações de caráter sindical que vão se aglutinando em âmbito nacional”.

A organização dos educadores caracteriza-se pela preocupação com o significado político e social da educação, além do aspecto econômico e corporativo.

À medida que o processo de democratização se desenvolveu, novas manifestações ocorreram nas praças e ruas do Brasil. No decorrer do ano de 1984, a luta pelas “Diretas” foi o maior movimento de massa que o Brasil já viveu.

Outra grande mobilização popular foi em defesa da Assembleia Nacional Constituinte, que resultou, em 1988, na nova Constituição Nacional, conhecida como “Constituição Cidadã”, por trazer em seu bojo algumas conquistas da classe trabalhadora, dentre elas, o direito ao voto do analfabeto e a obrigatoriedade da gratuidade do ensino fundamental, independente, da idade de quem o procure. Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a atual Constituição, após mais de vinte meses em sua elaboração.

O cenário da transição de um regime autoritário para um regime democrático na década de 1980 foi de grandes mudanças, mas também de incertezas e esperanças no contexto da educação para a cidadania. Conforme Pereira, 2016:

Há tese de que, a partir de 1979 e durante toda a década de 1980, o Brasil viveu um lento e gradual processo democrático, é contestada por aqueles que veem nesse tempo ainda forte presença da forma ditatorial burguesa. No discurso ideológico, além do conceito de democracia, outro toma conta dos discursos justificadores para a educação - educação para a cidadania. (PEREIRA, 2016, p.133).

A Constituição de 1988 estabeleceu nos artigos 205 a 214 os rumos para a educação.

No que diz respeito à educação, o Art. 211 estabeleceu os critérios de participação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, definindo a organização em regime de colaboração nos sistemas do ensino, no que tange suas competências, para tratar tais questões no âmbito municipal. Esta abordagem se consolidou na chamada municipalização do ensino, compreendida como a transferência das responsabilidades relativas ao ensino dos governos federal e estadual para o âmbito municipal. O propósito desta abordagem era compreender no âmbito municipal, e mais especificamente local, como foram essas tratativas no contexto educacional e o reflexo para a sociedade e a comunidade.

Para Sandano, essa transferência não foi pacífica:

[...] envolve uma complexa discussão sobre as competências de cada nível de governo, especialmente quanto à descentralização do poder e os diferentes níveis de governo. Para nós a municipalização do ensino só será válida se contribuir para a construção da cidadania da população brasileira (SANDANO, 1997, p. 19).

Nas décadas de 1970 e 1980, com base na Lei 5692/71 (Lei de Diretrizes e Bases do ensino de 1º e 2º graus), foi incorporado a municipalização com o objetivo declarado de democratização da escola, “podendo se ver nela convergência com a tese de que o popular, o verdadeiro e o autêntico são atributos de tudo o que ‘nasce nas bases’, inclusive o município”. (CUNHA, 1988 p. 33).

Em março de 1986 o Ministério da Educação realizou um encontro entre dirigentes metropolitanos da educação, propondo a descentralização das políticas do setor, reiniciando o movimento de municipalização do ensino. “Esta iniciativa acabou por dar origem à UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação”. (CUNHA, 1988, p. 413).

A partir dos anos de 1990, o Banco Mundial influenciou a municipalização do ensino, que, entre outros aspectos, entende que essas decisões descentralizadas são para desenvolver as capacidades básicas de aprendizagem no ensino primário e, se for o caso no nível secundário inferior, “pois, desse modo, se contribuirá para satisfazer a demanda por trabalhadores flexíveis, que possam facilmente adquirir novas habilidades, exigidas pela atual revolução tecnológica” (CORAGGIO, 1996, p. 100).

Em síntese, a municipalização da educação foi sendo inserida nesse período nacionalmente, em conformidade com a legislação pertinente em suas diversas instâncias nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, e nesse contexto registramos, rapidamente, como ocorreu a questão da educação definida na Lei Orgânica do Município de Sorocaba. (LOM).

Sandano (1997) destacou que a tramitação do projeto da lei orgânica em Sorocaba era bem polêmica pela maneira como foi conduzida em função do tempo curto, bem como pela falta de preparo dos legisladores dado a importância do tema.

Como a Constituição do Estado de São Paulo foi promulgada a 05/10/89, cabia à Câmara Municipal de Sorocaba discutir, votar e promulgar a nossa Lei Orgânica até o dia 05/04/90. Os trabalhos da Constituinte Municipal

foram instalados em sessão solene, no dia 12/10/89, com a presença de todos os vereadores, do Prefeito Municipal e outras autoridades civis e militares (SANDANO, 1997, P. 45).

Constatou-se que foi um trabalho feito às pressas, preocupando-se mais com aspectos burocráticos referentes à educação, enquanto questões relevantes foram deixadas de lado, como o da democratização da escola pública, participação e cidadania. Segundo Sandano (1997, p.79), esse trabalho “se deu pelo conservadorismo de nossos legisladores”. O mesmo autor diz:

Verificamos, também, que o Poder Legislativo municipal de Sorocaba não utilizou sua autonomia para a elaboração da LOM, mas submeteu-se ao determinado pelo Poder Executivo e pelo Consultor Jurídico da Câmara, face a consideração de ter a elaboração da LOM um caráter eminentemente técnico e por considerar que o técnico tem uma posição isenta de valores políticos e ideológicos, que somente utiliza critérios de racionalidade técnica na condução do processo decisório. (SANDANO, 1997, p. 79.).

Portanto, segundo Sandano (1997), de maneira geral, a LOM de Sorocaba, em sua construção, não transitou pelas orientações estabelecidas nas esferas Federal e Estadual, recebendo inúmeras críticas pela maneira como foi conduzida em todas as suas áreas de alcance com inúmeros empecilhos para uma participação popular mais efetiva. Especificamente na área da educação a lei não atendeu às expectativas, fato esse atribuído ao tempo curto, falta de preparo dos legisladores, apoiada totalmente em aspectos técnicos, deixando sob responsabilidade do Poder Executivo, junto à Secretaria da Educação, a elaboração do seu conteúdo, o que sem dúvida trazia distorções em seus objetivos, para facilitar sua operacionalidade.

2.2 Novos rumos da educação no Brasil e a participação do Banco Mundial

Os novos rumos da educação estabelecida na Constituição de 1988 contaram também com a participação do Banco Mundial que, na década de 1990, direciona a sua política interna para atender os países em desenvolvimento, privilegiando a educação primária ou educação de base.

Para Soares, 1998:

[...] no setor social, o Banco Mundial vem dando ênfase especial à educação, vista não apenas como redução da pobreza, mas, principalmente como fator essencial para a formação de “capital humano” adequando aos requisitos do novo padrão de acumulação. (SOARES, 1998, p.30).

Desta forma, segundo Soares (1998), os programas de ajuste estrutural (empréstimos condicionados a mudanças nas políticas macroeconômicas) passaram a ser orientados pelo Banco Mundial. O ajuste econômico incluía programas sociais para sua sustentação, como o combate à pobreza e reforma no sistema educacional. Tal ajuste tinha como base a ideia de que os problemas dos países tinham como causa a falta de flexibilidade de suas economias, que deveriam ser reestruturadas para se adequar às novas ideias neoliberais de desenvolvimento.

Ainda na década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso⁶, foram realizadas algumas mudanças em concordância com as orientações do Banco Mundial, e conforme Soares (1998) a intensificação das privatizações com a aprovação de uma série de mudanças constitucionais que abriram caminho para o aprofundamento das reformas na concentração dos recursos para a educação no ensino básico, entre outras.

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, onde reafirmou seu compromisso em assegurar o direito de todos à educação e sua universalização. Essa Conferência organizada pela UNESCO, UNICEF, PNUD e o pelo Banco Mundial resultou na Declaração Mundial de Educação para Todos, resumindo o posicionamento dos 155 países dela participantes.

Entendia-se que a capacidade de trabalho dos mais pobres aumenta com a educação; daí a pressão para que os países em desenvolvimento instituísem ações para a universalização do ensino fundamental. Destaca-se abaixo os principais artigos que consolidam esse compromisso:

⁶ Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República em 1º turno com mais da metade dos votos válidos, assumindo a presidência em 01/01/1995. Foi reeleito em outubro de 1998 para o quadriênio 1999 a 2002. (CRUZEIRO DO SUL, 30.000 edições. Um século de jornalismo, p. 301).

ART.3º- [...] a declaração previa a junção de esforços para a universalização do acesso à educação básica a todas as crianças, jovens e adultos, e a melhoria de sua qualidade; _ ART.5º- [...] especifica que, “ o principal sistema de promoção da educação básica fora da esfera familiar é a escola fundamental; _ART. 8º- [...] a educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional”; _ ART. 9º- [...]será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários e o setor público como apoio deverá cuidar para que haja uma melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação”, acima de tudo, é necessário uma proteção especial para a educação básica nos países em processo de ajustes estruturais e que carregam o pesado fardo da dívida externa. Agora mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico”; _ ART.10º [...] os países menos desenvolvidos e com baixa renda apresentam necessidades especiais que exigirão atenção prioritária no quadro da cooperação internacional à educação básica, nos anos 90”. (UNICEF, 1991).

Com base nos artigos acima, o fortalecimento da solidariedade internacional entre os países torna-se prioritário, e, em dezembro de 1993, os nove⁷ países em desenvolvimento e de maior população do mundo assinaram a Declaração de Nova Delhi, reiterando os compromissos assumidos na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990. Assumiu-se, também, entre outros, o compromisso de garantir uma vaga na escola para todas as crianças até o ano 2000, e de melhorar a qualidade dos programas de educação básica.

No ano de 1993 foi criada a Comissão Especial para elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, que apresentou o documento “Compromisso Nacional de Educação para Todos”, em maio do mesmo ano, como orientação para estruturação do Plano Decenal de Educação para Todos.

Este documento contou com a participação do (MEC, CONSED, UNDIME, OAB, CFE, CRUB, CNI, CNTE, CNBB/MEB, CNMB, UNESCO, UNICEF)⁸, Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação e Ministério da Justiça.

Serão citadas apenas algumas proposições de maior relevância contidas no Plano Decenal, procurando não distanciar do objetivo do presente trabalho. O Plano previa o compartilhamento de encargos e responsabilidades dos governos estaduais

⁷ Indonésia; China; Bangladesh; Brasil; Egito; México; Nigéria; Paquistão; Índia.

⁸ MEC: Ministério da Educação e Cultura; CONSED: Conselho Nacional de Educação; UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; OAB: Ordem dos Advogados do Brasil; CFE: Conselho Federal de Educação.

e implantação dos Conselhos Municipais de Educação; garantia de aplicação dos recursos determinados constitucionalmente na educação, através da adoção de política de captação de recursos externos; ampliação dos controles sociais e institucionais; incrementos dos investimentos privados a programas educacionais para atendimento do educando mais pobre.

Dentre as proposições previstas no Plano Decenal, destacam-se:

[...] a atuação integrada dos Estados e Municípios na gestão de recursos públicos; criação de mecanismos de fiscalização da alocação de recursos na educação com participação de representantes da sociedade civil; cooperação internacional (acordos de cooperação) para a transferência e adaptação de métodos e tecnologias para a formação e atualização técnico-científica de recursos humanos, inclusive nos Estados e Municípios; descentralização das ações por meio de redefinição das funções, competências e responsabilidades de cada nível da administração educacional; definição de metodologia de ação integrada. Estado/Município visando a integração da rede física, recursos e unificação de oferta de vagas (chamada escolar), para o atendimento de todas as crianças; participação da comunidade na construção e execução do projeto pedagógico; descentralização da gestão, procurando dar autonomia às escolas. Previa uma educação “organizada na educação com novos processos e instrumentos de participação, de parceria e de controle”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

No Plano, portanto, estavam delineadas as principais linhas norteadoras da reforma educacional a serem implementadas nos anos seguintes.

Com essa breve retrospectiva da educação no período delimitado neste estudo, de 1970 a 1995, a fim de se compreender melhor a educação em todas as esferas e principalmente no contexto estadual e municipal no que se refere à comunidade do IEMM, fica claro que a decisão tomada ao final do período pesquisado (1995) pela municipalização partiu da própria comunidade e não pelo contexto de municipalização que envolvia o cenário nacional, estadual e municipal na época, pois o estigma que a escola pública estadual era ruim e de baixa qualidade era latente na comunidade maylaskyana, que considerava o ensino ali desenvolvido superior, pelo conteúdo aprimorado e com disciplinas que enriqueciam o conhecimento e sustentavam uma formação futura para diversas áreas do conhecimento, característica essa não percebida pela comunidade nas escolas públicas.

No desenvolvimento do próximo capítulo, será demonstrado que a luta da comunidade para que não ocorresse a entrega da escola pela EFS à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no ano de 1985, bem como a ampla discussão para sua municipalização que ocorreu no ano de 1996, é árdua e incessante até o momento em que a comunidade decidiu, em plebiscito vencido pela maioria, que o IEMM deve passar para o comando da Secretaria Municipal da Educação de Sorocaba, pois a própria ferrovia estava sendo privatizada e não havia mais razão para a permanência da escola sob a sua responsabilidade.

3 INSTITUTO EDUCACIONAL “MATHEUS MAYLASKY” E SUA HISTÓRIA

Num cenário em que a cidade de Sorocaba apresentava outro segmento econômico e relevante para o país, que era a indústria têxtil com fiações e tecelagens, a Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) tinha uma força econômica muito forte e bastante representativa para o município e seu entorno, tendo uma ampla massa de trabalhadores em suas oficinas instaladas na cidade. É importante destacar que o início da história do Instituto Educacional “Matheus Maylasky” se consolida a partir da Constituição de 1946, promulgada após a queda de Getúlio Vargas e o reestabelecimento da democracia. Sobre a Educação, “é definida como um direito de todos e será dada no lar e na escola, inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana” (BRASIL.PLANALTO,1946), ficou também estabelecido que empresas com mais de cem trabalhadores são obrigadas a manter ensino gratuito aos servidores e seus filhos.

A criação da Escola Primária de Sorocaba, pela Estrada de Ferro Sorocabana em meados de 1947, ocorreu por exigência de legislação federal.

Também as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para seus servidores e os filhos destes, além de dispensarem atenção especial para com seus trabalhadores menores no que se refere a sua aprendizagem (BRASIL.PLANALTO,1946)

Criada com o nome de Escola Primária Ferroviária de Sorocaba, foi denominada Instituto Educacional “Matheus Maylasky” em 1949, e com a municipalização, em 1996, passou a se chamar Escola Municipal de Primeiro Grau e Ensino Supletivo “Matheus Maylasky” (FERRAZ, 2005, p. 66).

Conforme Acca (2009), a ferrovia, além de cumprir a legislação vigente, também tinha a preocupação em atender uma demanda educacional específica destinada aos filhos e parentes dos ferroviários.

O Instituto Educacional “Matheus Maylasky” obteve autorização de funcionamento em 1.947 e a princípio recebeu o nome de ESCOLA PRIMÁRIA DE SOROCABA, localizada na Rua da Penha, 450, criada para atender as necessidades de ensino de um grupo de crianças, filhos de

ferroviários, sem matrículas nos Grupos Escolares locais. Anualmente era feito um senso entre os funcionários, que indicava o número de classes necessárias para atender a todos os filhos de funcionários em idade escolar. Desde esse período as crianças eram submetidas a um exame médico inicial e os pais eram aconselhados para as providências necessárias e encaminhados ao ambulatório de EFS; todos eram vacinados com a BCG. Era fornecido diariamente um copo de leite e um lanche, época em que nem se cogitava sobre merenda escolar. (ACCA, 2009, p. 22).

A partir da década de 1950, IEMM passou a ter seu prédio próprio, tendo como homenageado e patrono o fundador da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), Luiz Matheus Maylasky.

Com o aumento na procura por vagas, era realizado anualmente um senso entre os funcionários que indicava número de classes necessárias para atender a demanda dos filhos em idade escolar.

O então diretor da EFS no ano de 1950, Dr. Álvaro de Souza Lima, determinou a construção do edifício para abrigar a escola num espaço próprio da EFS, e quando a mesma comemorava 75 anos de existência, no dia 10 de julho de 1950, foi lançada a pedra fundamental do prédio que abrigaria a escola. Em 29 de novembro de 1952 inaugurou-se o prédio próprio da escola. (ACCA, 2009, p.24).

O fato de ter sido criada para atender os filhos de ferroviários permitiu à escola desenvolver uma identidade singular, oferecendo um conteúdo diferenciado das demais escolas da cidade, onde nas séries finais os alunos tinham aula de eletricidade e de mecânica, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela instituição e sua provedora.

As professoras eram contratadas pela Estrada de Ferro Sorocabana como funcionárias da ferrovia. O compromisso com as diretrizes da escola era trabalhar com o currículo da educação básica, porém complementando com as diretrizes da própria instituição, que a tornava diferenciada, segundo o pensamento corrente junto à comunidade, que se orgulhava do padrão de qualidade oferecido pela escola.

No ano de 1971 a Estrada de Ferro Sorocabana, que até então havia sido mantida pelo capital privado, passou para as mãos do governo estadual, afetando diretamente o funcionamento da escola. A Lei 10.410, de 28 de outubro de 1971, criava a FEPASA, ocorrendo em 10 de novembro de 1971, o início da sua existência como empresa vinculada ao governo do Estado de São Paulo.

Em meados de 1972, “a escola quase foi extinta e parte do seu acervo, como documentos, registros escolares foram perdidos”. (ACCA, 2009, p.23). Ainda nesse ano a FEPASA determinou que só permaneceria na escola quem já tivesse a vaga, proibindo novas matrículas, de acordo com jornal Cruzeiro do Sul:

A extinção dos cursos, por determinação da FEPASA, resultou na queda de alunos que, a partir de 1972, foram deixando a escola. A resolução do fechamento ocasionou o cancelamento das matrículas, e só continuou na escola quem já ocupava uma vaga, pois o objetivo era ir formando os que já estudavam e não receber os novos até a escola fechar.

Conforme relata o mesmo jornal (1972) na seguinte matéria, A FEPASA tinha como pretensão transformar o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” em uma escola profissional, segundo palavras do prof. Ari Baddini, que era o Diretor de Pessoal da FEPASA na época e responsável por toda essa questão:

A transferência de um grupo de nove professores do Instituto Educacional “Matheus Maylasky” para o inexistente Escritório Regional do MOBRAL em Sorocaba, reabriu, na semana passada, as especulações em torno do destino que FEPASA pretende dar àquela escola de primeiro grau, que é mantida por ela. [...] Ainda no dia de ontem, o Secretário Geral da Associação Profissional dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da zona Sorocabana, Armando Bacceli, esteve cuidando do problema do Maylasky junto a FEPASA recebido pelo Prof. Ari Baddini – o mesmo que assinava as cartas de transferências que as professoras excedentes receberam há alguns dias e não quiseram assinar – foi informado de que a FEPASA jamais cogitou do fechamento do Maylasky. O que vai acontecer é a extinção gradual do curso de 1º grau, na medida em que os atuais alunos forem se formando, com sua substituição por curso de caráter técnico, onde a FEPASA fará a formação e o aprimoramento profissional de sua mão de obra. (PROFESSORAS,...,1972).

As professoras que lá lecionavam seriam aproveitadas nesses novos cursos, desde que tivessem as qualificações exigidas pelos mesmos, ou seriam colocadas em disponibilidade, como excedentes, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens. Elas poderiam ser aproveitadas no convênio FEPASA-MOBRAL, conforme já havia ocorrido com nove professoras, segundo registrou o jornal Cruzeiro do Sul do mesmo ano.

Com o problema de excedência no Instituto” Matheus Maylasky”, sediado em Sorocaba, onde nove professoras foram colocadas como excedentes,

através de um convênio da FEPASA com o MOBRAL, as mesmas ficaram à disposição da Secretaria do Interior. Foi, segundo declarações do Prof. Ary Baddini, chefe do Departamento de Pessoal da FEPASA, a única maneira encontrada para que essas nove professoras ferroviárias fossem mantidas no trabalho escolar que lhes é peculiar, com o horário de 4 horas diárias e as férias normais de 4 meses. (PROFESSORAS, ..., 1972).

Desde a sua implantação, o MOBRAL não chegou a receber, para completo desenvolvimento do seu programa, materiais e recursos humanos suficientes. Como na FEPASA havia professores excedentes, muitos foram colocados à disposição do MOBRAL para propiciar treinamentos aos monitores, na intensificação do trabalho de alfabetização.

A indicação de quem deveria ou não ser considerada excedente seria feita pela Direção do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, a exemplo do que aconteceu com as primeiras nove professoras. As professoras não sabiam, por outro lado, ao menos em caráter oficial, para que funções elas seriam designadas no MOBRAL: se seriam aproveitadas como monitoras ou se continuariam lecionando.

Tal situação levava a um certo desconforto, pois as professoras ficaram praticamente inativas, aguardando ordens para o trabalho normal diário. No que se refere ao horário de trabalho como em seus vencimentos, nenhum prejuízo tiveram diante do problema oriundo das implicações da Lei 10.410 que criou a FEPASA, que estabeleceu que “ninguém será prejudicado em seus direitos e vantagens”, e que os benefícios concedidos ao pessoal da nova empresa serão extensivos aos excedentes, indistintamente.

Aliás, sobre o assunto, que vem dando vasão para polêmicas constantes, deverá circular ainda este ano, o novo estatuto elaborado pela FEPASA, regulamentando as mais variadas situações que envolvem excedentes, quadro especial e contratados sob o regime CLT. (PROFESSORAS, ..., 1972)

A intenção de transformar o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” numa escola profissional falava mais alto, apesar das dificuldades mencionadas em relação à acomodação do corpo docente.

Essa situação também acarretava transtornos aos alunos que, em decorrência da deficiência de vagas em função da nova determinação, necessitavam

se matricular em escolas públicas estaduais e nem sempre encontravam disponibilidades:

Os alunos do I.E. “Matheus Maylasky” estavam reclamando das escolas estaduais que não aceitavam suas inscrições. Ontem, Romeu Pires de Barros, Delegado Regional de Ensino, esclareceu o assunto: “acontece que na rede oficial de ensino a prioridade é dos alunos vindos de escolas estaduais. Agora, no caso sobre vagas, estudantes de outras escolas poderão se inscrever. Nesse caso, os do Matheus Maylasky também estão incluídos”. Quanto à matrículas, ele explica que “no ano passado, sobraram vagas no Primeiro Grau e não no Segundo. A tendência, neste ano, é repetir o fato”. Quanto às escolas de Segundo Grau, as que mais tem sido procuradas são as de ensino profissionalizante. “Agora, com respeito às vagas e o número de inscrições, só saberemos sobre isso depois que as inscrições terminarem”. E elas terminarão na próxima sexta-feira. Quando alunos do Maylasky e de outras escolas saberão se terão ou não vagas em escolas do Estado. (ALUNOS, ..., 1974).

Falava-se na criação de um novo Instituto “Matheus Maylasky” quando se encerrassem as atividades do curso primário, de acordo com a determinação da FEPASA que, segundo Ary Baddini:

[...] não poderia ser contestada nem mesmo pelas professoras que lecionavam no estabelecimento, pois elas ficariam à disposição da Secretaria dos Transportes sem prejuízo de suas funções e regalias. “Uma nova e completa escola deveria se formar: o Centro de Treinamento “Matheus Maylasky”, que manteria todos os cursos necessários à formação de pessoal especializado para suprir a ferrovia”. (ALUNOS,..., 1974).

Em 1975 a escola voltou-se para a formação de profissionais ferroviários, substituindo o antigo curso primário.

Há alguns anos, quando pela primeira vez se falou na extinção do curso primário do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, julgou-se a medida adotada pela Ferrovia Paulista S.A. como inadmissível e chegou-se mesmo a organizar em Sorocaba, um movimento para demover a direção da ferrovia de sua determinação. As manifestações, entretanto, não chegaram a ser aceitas e hoje o “Matheus Maylasky” já se transforma numa escola de formação de profissionais ferroviários, substituindo o antigo primário. E esclarecendo o porquê dessa alteração no sistema de ensino mantido pela FEPASA, esteve segunda-feira em Sorocaba, o Dr. Ary Baddini, diretor de pessoal da Fepasa. Usando como exemplo a própria cidade de Sorocaba, que ora se preocupa com a formação de mão de obra especializada para suprir as numerosas indústrias que aqui instalam, Ary Baddini esclareceu que também a FEPASA, nesta fase de recuperação em que ainda se encontra, necessita de mão de obra especializada e assim, é do interesse da empresa, formar seus próprios profissionais. Considerando-se que

Sorocaba já manteve um curso de formação de mão de obra especializada nos tempos da Estrada de Ferro Sorocabana, seria interessante para a FEPASA o aproveitamento do excelente prédio do Instituto Educacional “Matheus Maylasky” para a instalação de cursos profissionalizantes, para os ferroviários. (MATHEUS MAYLASKY, ..., 1975).

Nesta época, funcionavam na escola os cursos de formação de maquinistas, auxiliares de estação, treinamento de metrologistas, entre outros:

Atualmente, estão funcionando no “Matheus Maylasky”, cursos de formação de maquinistas, auxiliares de estação, tendo já sido ministrados no ano passado, treinamento de metrologistas (medidas de precisão); técnicos para anéis pistões e bielas; eletricitas instaladores de locomotivas diesel elétrica; soldadores, ajustadores de motores de tração; técnicos em leitura e interpretação de esquema elétricos de locomotivas elétricas; técnicos em leitura e interpretação de desenho mecânico para caldeiros, caldeiros, e despachadores de movimento. Antes de iniciar os cursos foi promovido um especial para treinamento de monitores, antes que estes iniciassem as aulas e também um para inspetores de estação, que é de nível superior. (MATHEUS MAYLASKY, ...,1975).

Desta forma, surgia novas oportunidades e algumas regalias em relação à formação dos profissionais ferroviários, como alimentação e alojamento.

Com a instalação dos cursos para a formação de profissionais especializados, a FEPASA criava condições para que seus funcionários pudessem, se assim o desejassem, melhorar posição dentro da empresa, ocupando cargos que exigissem formação profissional.

Além das oportunidades oferecidas pelos cursos aos ferroviários, a FEPASA dá aos alunos todas as regalias possíveis durante o período de frequência e durante 8 horas diárias de curso, todos eles tem gratuitamente o café da manhã, o almoço e o café da tarde, além do alojamento que enquanto não se organiza um da própria FEPASA, e feito nas pensões e hotéis da cidade. A maioria dos que ora frequentam os cursos de especialização, vêm de outra cidade, e inclusive de outros estados, como é o caso de um ferroviário que veio de Minas Gerais especialmente para fazer o curso de maquinista. Para abrigar esse pessoal, está sendo preparado um alojamento especial, aproveitando cinco salas existentes na parte superior do prédio da Estação de Sorocaba. (MATHEUS MAYLASKY ,...,1975).

Primeiramente era realizada uma seleção do pessoal interessado e formavam-se as classes. Iniciado o curso, seu tempo de duração variava de acordo com a especialização a ser adquirida pelos alunos. Um maquinista, por exemplo,

formava-se em quatro meses de curso, recebendo aulas teóricas e práticas para que se transformasse não apenas em um condutor, mas em um profundo conhecedor da máquina que iria dirigir.

Dentro dessa nova proposta, a FEPASA oferecia cursos, ministrados no Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, aos ferroviários sorocabanos e também a pessoas de outras cidades e estados. Conforme o chefe do departamento de pessoal da FEPASA, Ary Baddini:

[...] todo esse projeto ainda se encontrava em desenvolvimento, e era necessário, para o próprio desenvolvimento da ferrovia, em suas novas dimensões de empresa, e, para isso, foi decidida extinção do curso primário do “Matheus Maylasky”, mesmo porque a educação das crianças dos 7 aos 14 anos, competia ao Estado, segundo ele. (FEPASA, ..., 1972).

No entanto, apesar do discurso do chefe do departamento de pessoal da Companhia ser bastante incisivo quanto à nova proposta para a escola, esse projeto não se consolidou. Conforme jornal *Cruzeiro do Sul* (1975), a direção da FEPASA, apesar de estar desativando o curso primário, não tinha intenção de que o processo fosse definitivo. Desta forma, em 1975, decidiu por sua reativação, disponibilizando um maior número de vagas aos filhos dos funcionários, como já ocorria anteriormente, e mantendo também a capacitação e treinamento de seus funcionários simultaneamente, conforme a declaração da diretora da escola:

A informação foi prestada pela Diretora do estabelecimento, professora Regina Andrade de Almeida, em entrevista concedida à imprensa. Segundo afirmou, o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” conta com o apoio da alta direção da FEPASA, representada pelo Diretor de Recursos humanos Dr. Roberto A. de Melo e Souza, do superintendente Geral de Desenvolvimento de Pessoal, Professor José Antonio Amaral Vieira e do Chefe de Departamento de Treinamento, professor José Monteiro Filho, todos empenhados no aproveitamento total de amplo prédio da escola, de construção sólida, em terreno próprio da ferrovia, para o funcionamento do Ensino do 1º Grau, Curso Supletivo e Cursos de Treinamento especificamente ferroviário. (FEPASA, ..., 1972).

A decisão tomada pela alta direção da FEPASA em ampliar o número de matrículas do Instituto Educacional “Matheus Maylasky” e reativar o curso primário encontrou ressonância positiva ao quadro deficitário de ensino sorocabano da

época, referendado pelo Secretário da Educação que, em visita à cidade, já reconhecia a situação extremamente deficitária do ensino sorocabano, especialmente no âmbito do 1º grau, porque as escolas não tinham vagas para a admissão de novas matrículas, conforme declarou ao jornal *Cruzeiro do Sul*, na época:

O Secretário da Educação do estado de São Paulo, em sua visita a esta cidade, reconheceu a situação extremamente deficitária do ensino sorocabano, especialmente no que concerne ao 1º grau porque as escolas não têm vagas para a admissão de novas matrículas. (SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, ... 1975).

Também a diretora da escola, profª. Regina Andrade de Almeida, complementa sua declaração ao jornal *Cruzeiro do Sul* sobre essa questão.

Segundo a Diretora “Sorocaba que está carente de escolar de 1º grau, terá no I.E.M.M, ensino que virá a contribuir grandemente para a instrução e educação dos filhos dos ferroviários”. Ela explica que a escola foi criada justamente para atender aos filhos, netos irmão e sobrinhos dos ferroviários”. Conta, ainda, que será procedido um levantamento de todos os alunos interessados no ingresso ao pré - primário e 1ª série do 1º grau, a partir do dia 20 de outubro, até 7 novembro. Os ferroviários interessados deverão dirigir-se à secretaria do “Matheus Maylasky” no período das 7 às 16h horas, segunda a sexta-feira. (MATHEUS MAYLASKY ,..., 1975).

Em 1976, o curso primário foi novamente ativado e já em setembro recebia novas inscrições de matrículas, como registrava o jornal *Cruzeiro do Sul*:

Destinado a atender o ensino para filhos e parentes mais próximos dos funcionários da FEPASA, o Instituto Educacional Matheus Maylasky estará recebendo inscrições de matrículas para o ano vindouro a partir do dia 10 de outubro como esclarece seu atual diretor Valêncio Oscar de Andrade. O diretor explica, ainda, que a matrícula propriamente dita, será efetivada em janeiro quando os dirigentes da escola já terão selecionado os pretendentes entre filhos e parentes dos ferroviários, obedecendo um nível de prioridade para os filhos e mantendo, em segundo plano, uma opção para que os parentes mais próximos sejam matriculados de acordo com o número de vagas. Segundo Valêncio de Andrade, a previsão do Matheus Maylasky para 1977 comporta cerca de 400 alunos a serem subdivididos nos estágios: Jardim da Infância, Pré-primário, 1ª e 2ª séries do Primeiro grau. (MATHEUS MAYLASKY ,..., 1976).

O Jornal *Cruzeiro do Sul* complementa em sua matéria, nesse mesmo dia:

Depois da quase paralisação de suas atividades nos últimos anos, o Instituto Educacional Matheus Maylasky, filiado a FEPASA, tem confirmado definitivamente sua revitalização. A longa história que a escola construiu nos seus 27 anos de existência volta a provocar ecos no meio estudantil com a tomada das mesmas propostas que regeram o desenvolvimento levado até o momento, segundo o diretor. Fundado pela antiga Estrada de Ferro Sorocabana, em 1947, através do trabalho e empenho da Professora Regina Andrade de Almeida, que acompanhou a vida da escola até o ano passado, quando então passou a ocupar o cargo chefe da Seção de Ensino da FEPASA, em São Paulo, o “Matheus Maylasky” tem uma única proposta, diz o diretor: “Mantemos um corpo docente do mais alto nível, e agora que voltamos a atuar estamos muito empenhados em fazer da escola o que ela sempre teceu nesses anos de existência, ou seja, ministrar um ensino à altura”. Segundo Valêncio essa organização escolar já foi considerada das melhores de Sorocaba dado ao seu nível de instrução, e volta, agora, para implantar a metodologia de ensino que sempre encontrou boa receptividade entre a população. (MATHEUS MAYLASKY,..., 1976).

Com a nova retomada, de forma gradativa, a escola deveria voltar a funcionar com todas as séries que integravam o primeiro grau, como era antes:

Conforme determinação da direção da FEPASA, o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” deverá voltar a funcionar com todas as séries que integram o primeiro grau, sendo que a cada ano seria criado mais uma série. Diante deste esquema, para o ano letivo de 1978 aquele estabelecimento de ensino estaria funcionando com as três primeiras séries do 1º grau. Mas, diante da fase de crescimento pela qual a escola está passando, a partir do próximo ano o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” estará trabalhando com as quatro primeiras séries do 1º grau, sendo que a partir de 1978 e até 1980, a escola voltará a funcionar com as oito séries que integram o primeiro grau, pois serão criadas duas séries por ano. (MATHEUS MAYLASKY,..., 1977).

Conforme Acca, (2009):

No Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, o ensino de primeiro grau, de 1ª a 8ª séries, era assim distribuído: manhã, no horário de 7h às 12h15min, com classes de 5ª a 8ª séries; tarde, no horário das 13h às 17h30min, com classes de 1ª a 4ª séries e noite, no horário de 19h às 22h45min, com classes de 7ª e 8ª séries.

O IEMM localizado à Rua Hermelino Matarazzo, 22, Além Linha, Sorocaba, São Paulo, possui 14 salas de aulas, sala dos professores, secretaria, diretoria, biblioteca, portaria, cozinha, pátios cobertos e descobertos, praça da fonte, banheiros para alunos, funcionários e professores, materiais pedagógicos para atendimento aos alunos.

A região onde a escola se encontra é um bairro tipicamente residencial, povoada por muitos operários e ferroviários que hoje estão aposentados e moradores de bairros próximos, como Vila Santana, Vila Progresso, Vila Carvalho, Largo do Líder (Praça Frank Speers), e adjacências das ruas Comendador Oeterer e Comendador Hermelino Matarazzo. O nome “Além Linha” é ainda pronunciado pelos moradores locais e deve-se ao fato de que alguns bairros ficam além da linha férrea que marca o limite entre o centro de Sorocaba e esta região”. (VIVACIDADE, 2016).

Muitos desses operários e ferroviários trabalharam nas antigas fábricas de tecelagem e na antiga Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), que mais tarde tornou-se FEPASA.

Foto 1 - Prédio do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”.



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul⁹

Foto da fachada e entrada da escola mostrando um amplo pátio com parquinho, a disposição dos alunos bem como o estacionamento na lateral, para professores e funcionários. Destaca-se a réplica de uma locomotiva em miniatura representando a ligação da escola com a ferrovia e sua história.

Em 1981, contando com ensino de 1ª a 8ª séries, porém com muitas dificuldades e com constantes ameaças de ser desativada, a escola parecia viver

⁹Jornal Cruzeiro do Sul: < <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/542156> >15/12/2016.

uma crise em sua administração, gerando problemas em seu ensino, em virtude do seu diretor Oscar Valêncio de Miranda não estar correspondendo adequadamente na gestão da escola, conforme relata o jornal Diário de Sorocaba, culminando com um levantamento da situação em que se encontrava, por um representante designado pela direção da FEPASA.

O tradicional Instituto Educacional “Luiz Matheus Maylasky”, de nossa cidade, está atravessando um período de séria crise administrativa, que começa a ter inclusive graves ressonâncias no andamento normal de suas atividades pedagógicas. O diretor do estabelecimento de ensino de 1º Grau, localizado no início da rua Hermelino Matarazzo, com entrada debaixo do viaduto Jânio Quadros, está desaparecido da escola desde o início da semana; ao que consta, ele estaria de licença, mas não foi designado nenhum substituto e a sala de diretoria permanece trancada, com as professores não tendo acesso a materiais pedagógicos de suma importância para a ministração das aulas e inclusive à caixa de primeiros socorros para atender alguma eventualidade, como ocorrência registrada ainda nesta semana quando uma estudante sentiu-se mal e teve que ser levada às pressas para o Pronto Socorro Municipal, sem poder receber pelo menos os primeiros socorros na própria escola, como seria recomendável. (CRISE, ... , 1981).

Diante da situação, a direção da FEPASA efetuou um levantamento dos fatos em torno da situação administrativa da escola, conforme registra o Diário de Sorocaba, em 1981:

Representando o Dr. Naim Jacob, diretor do Departamento de Treinamento e Seleção de Pessoal da FEPASA – órgão responsável pelo funcionamento da escola e também manutenção de pessoal capacitado – esteve na cidade durante todo o dia de ontem o Dr. Milton Calzavara, chefe da Divisão de Programas de Formação Profissional da FEPASA. Ele permaneceu na escola desde as primeiras horas da manhã até o final da tarde, realizando levantamentos em torno da situação administrativa da escola e também colhendo depoimentos de professoras e pais de alunos. O secretário geral do Diretório Municipal de Sorocaba do partido Democrático Social em Sorocaba e presidente do Estrada de Ferro Sorocabana Futebol Clube. Sr. Antonino Guilherme, como ferroviário, tendo uma filha ali estudando e estando ao lado de outros pais ferroviários liderando um movimento para criação de uma Associação de Pais e Mestres dentro daquele Instituto Educacional, também esteve em contato com aquela autoridade, inclusive acompanhando de perto seu trabalho de levantamento da situação. (CRISE, ..., 1981).

O Sr. Antônio Guilherme, além de exercer uma liderança, como mencionava o jornal, estava diretamente ligado à comunidade, participando dos seus anseios, e junto com os pais e comunidade reivindica medidas efetivas que lhes garantissem um Instituto de “alto nível pedagógico e que sempre fizeram daquele estabelecimento um dos mais importantes e respeitados de Sorocaba”. (CRISE, ...,1981)

Percebe-se também, de acordo com o jornal Diário de Sorocaba, a movimentação da comunidade em buscar recursos para a preservação e manutenção da escola:

[...] juntamente com professores e corpo administrativo da escola, para manter a escola, trabalhando nas vendas de jornais, festas e outros meios para angariar recursos. E, graças aos funcionários das oficinas da EFS, a manutenção era feito em turno de revezamento de seu trabalho. O dinheiro que era arrecadado pela Associação de Pais e Mestres atendia as necessidades da Escola. (CRISE,..., 1981).

As irregularidades administrativas detectadas no IEMM tiveram repercussão junto a alguns partidos como, por exemplo, o Partido Democrático Social (PDS), cujas lideranças se pronunciaram a favor dos pais e da comunidade para que providências efetivas fossem tomadas pela FEPASA.

Sabe-se que o Diretório Municipal do Partido Democrático Social, como sustentáculo político do Governo do Estado na cidade, está bastante interessado em devolver ao “Matheus Maylasky” a tranquilidade administrativa que merece, evitando que os problemas que ali ora ocorrem cheguem a interferir no bom andamento de suas atividades educacionais, que até agora continuam sendo mantidas um bom nível graças ao desempenho das professoras. Ao dirigente pedessista Antonio Guilherme, o Dr. Milton Cazavara prometeu que levaria a São Paulo todos os levantamentos ali realizados, os quais na segunda-feira ainda deverão chegar ao conhecimento do Dr. Naim Jacob, diretor do Departamento de Treinamento do pessoal e de Seleção da empresa, e do próprio presidente da Fepasa, engenheiro Chafic Jacob. E prometeu soluções para os próximos dias, afirmando que a gravidade da situação administrativa da escola vai determinar as providências que se fizerem cabíveis para o caso. As irregularidades administrativas dentro da direção do Instituto Educacional “Matheus Maylasky” de acordo com o que foi apurado o Dr. Milton Calzavara constatou ontem despachando na escola, vêm desde 1976, quando assumiu a direção da escola o professor Valêncio Oscar de Miranda, que nesta semana não foi encontrado na direção da escola. Desde aquela data, na parte burocrática do “Matheus Maylasky”, estão atrasados os prontuários dos alunos, bem como as fichas individuais e os documentos dos mesmos sem serem arquivados. O livro de ata das notas estão sem as

anotações referentes ao primeiro bimestre deste ano, embora as professoras afirmem que as tenham entregues dentro do prazo legal à direção. (CRISE,..., 1981)

Concluído o processo administrativo, a direção da FEPASA desligou o diretor, definindo uma nova direção para que a escola voltasse à normalidade, sendo acatado pela comunidade, que obteve uma certa tranquilidade nos anos seguintes.

Porém, devido às dificuldades financeiras da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), em 1985 começaram os estudos para que o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” passasse a ser responsabilidade do governo do Estado.

Professores, alunos, corpo administrativo e pais saíram às ruas protestando, manifestando sua insatisfação. Em setembro do mesmo ano, o jornal Cruzeiro do Sul publicava que a escola não mais passaria para o estado, decisão tomada pelo então Governador André Franco Montoro em uma visita a Sorocaba. Novamente a escola se reequilibrou e ganha mais um fôlego diante de tantas ameaças de desativação ou transferência para outra esfera de comando, deixando a comunidade sempre atenta a esses movimentos, que eram acompanhados pela APM, que representa, administra e aciona os pais diante das diversas situações inerentes.

Em função da privatização das estatais estabelecida no Governo Mario Covas em 1995, começaram as discussões em torno da desativação da escola e o seu destino, se seria uma cooperativa, privatizada ou municipalizada. Diante da situação, foi proposto um plebiscito nesse ano, cujo resultado foi surpreendente: 444 pais optaram pela municipalização da escola e apenas 14 para que ela se transformasse em cooperativa.

Em 26 de fevereiro de 1996, por meio da Lei nº 5057, a Prefeitura firmou um convênio e contrato de comodato oneroso com a FEPASA, assumindo o Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, iniciando o processo de municipalização da escola.

Neste capítulo, procurou-se fazer um levantamento histórico do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, buscando compreender a dimensão e sua representação junto à própria comunidade, bem como seu valor para a sociedade sorocabana. No próximo capítulo, será aprofundada a análise naquilo que representou a comunidade para a instituição escolar tão peculiar em sua história

que, diante do seu apogeu e de suas crises, contou com uma participação efetiva e atuante de uma comunidade que se orgulhava do seu patrimônio educacional dedicado aos filhos e parentes dos ferroviários até o último momento, quando passou a pertencer ao município como escola pública, em decisão da própria comunidade.

4 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA HISTÓRIA DO INSTITUTO EDUCACIONAL “MATHEUS MAYLASKY”.

Conforme tratado no capítulo anterior, o Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, desde a sua inauguração em 29 de novembro de 1952, teve a sua trajetória ligada à antiga Estrada de Ferro Sorocaba para atender os filhos e parentes de ferroviários. No entanto, ao longo da sua história, alguns contratempos provocaram a sua quase extinção ou mudanças que a comunidade não desejava, por isso, ela se organizou buscando uma participação intensa e efetiva no cotidiano da escola, representada pela APM, que coordenava todas as ações, convidava ou convocava os pais para desenvolverem atividades em prol da manutenção da escola ou da preservação do seu *status quo*, garantindo, assim, seu padrão de qualidade considerado primordial por essa comunidade.

Este capítulo, discorre sobre todos os episódios que marcaram a efetiva participação dessa comunidade no Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, bem como os resultados alcançados ao longo dessa história, quando a mesma esteve presente ou quando permaneceu ausente, percebendo seus interesses e objetivos serem destruídos pelas ações da Companhia. A transformação pelo governo estadual, reunindo as cinco principais ferrovias do estado de São Paulo numa só Companhia, consolidou a Ferrovias Paulistas S.A. em 10 de novembro de 1971 como empresa, vinculada ao governo do Estado de São Paulo, pela Lei 10.410 de 28 de outubro de 1971. Porém, esse processo afetaria de alguma forma o funcionamento e sobrevivência da escola, que seria gerida pela nova Companhia (FEPASA)¹⁰.

Entender o papel dessa comunidade “maylaskyana”, representada pelos pais, alunos, professores e funcionários da FEPASA, e sua importância na preservação dessa escola, principalmente sua luta para que a mesma permanecesse com o

10 Em 1970, o Governo do Estado de São Paulo já tinha o controle da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, da Estrada de Ferro Sorocabana, da Estrada de Ferro Araraquara e da Estrada de Ferro São Paulo-Minas e administrava a Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Afim de racionalizar e imprimir maior eficiência à administração ferroviária em São Paulo, em 1971 o Governo do Estado promoveu a fusão daquelas cinco Companhias sob a denominação de Ferrovias Paulistas S.A. – FEPASA. (Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, 1977).

padrão de qualidade e a credibilidade reconhecida internamente, é a proposta deste trabalho.

4.1 Transformações ocorridas no IEMM pela FEPASA a partir de 1972

A FEPASA, mantenedora do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, demonstrava na década de 1970 não haver mais interesse em manter a escola sob sua responsabilidade, pelo menos na condição de escola primária, mas desativá-la para a instalação de cursos profissionalizantes em suas dependências que pudessem atender sua demanda na formação de profissionais para atuarem em sua linha operacional de transportes.

Essa proposta de curso profissionalizante ocorreu no ano de 1972, vinte anos após a inauguração do IEMM, quando a direção da FEPASA determinou que não fossem efetuadas novas matrículas, mantendo na escola somente os alunos já matriculados, e à medida que esses fossem se formando, iriam gradativamente reduzindo o número de alunos até o fechamento total da escola.

Assim, a FEPASA daria continuidade ao seu projeto de implantar sua escola profissionalizante, conforme registrado no capítulo anterior. Percebe-se aqui que, embora com uma atuação efetiva e sempre presente em relação à manutenção e preservação da escola, neste momento da história a comunidade só lamentou, mas efetivamente não se mobilizou e nem se posicionou sobre os acontecimentos e os fatos determinados pela direção da empresa. Não havendo contestação da comunidade, a Companhia deu andamento ao seu projeto de desativação da escola primária.

A FEPASA também teria que encontrar uma solução para as professoras que lá lecionavam, e segundo o professor Ari Baddini, chefe do Departamento de Pessoal, elas não seriam prejudicadas, teriam suas garantias trabalhistas preservadas, pois ou seriam aproveitadas como professoras nos novos cursos, desde que tivessem as qualificações necessárias, ou colocadas como excedentes, sem prejuízos de seus vencimentos ou vantagens, sendo utilizadas no convênio Mobral/FEPASA, conforme tratamos no capítulo anterior.

Este movimento de transição da escola, segundo as determinações da direção da Companhia, permaneceu até 1975 com o projeto de instalação dos cursos profissionalizantes não concluído e nem a escola primária totalmente desativada. Nesse período, não se verificou movimentação da comunidade para manter o funcionamento da escola com o curso primário. Ainda nesse mesmo ano, a direção da FEPASA resolveu reativar a escola primária, abandonando a ideia de transformá-la totalmente em escola técnica.

Ao ser definitivamente ativada em 1976, os pais e a comunidade, sentindo a importância do momento e a necessidade de apoiar de forma efetiva a retomada da escola pela Companhia, se articularam para participar da vida escolar e, junto dos professores e direção, assumindo o papel de trabalhar pela sua estabilidade e manutenção, desenvolvendo um trabalho totalmente comprometido com o bem-estar da escola e sua preservação, por meio ações conjuntas e colaborativas, com o apoio e estrutura das oficinas da FEPASA, bem como a mão de obra quando necessária, além do apoio nas atividades para arrecadação de recursos destinados à manutenção da escola.

Em busca de registro da época sobre o Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, recortou-se algumas matérias datadas em 22/09/1976 do jornal Cruzeiro do Sul que relatam fatos ocorridos naquele período e que ajudam a compreender o momento, na ausência de documentos ou registros na própria escola, da época.

Depois da quase paralisação de suas atividades nos últimos anos, o Instituto Educacional Matheus Maylasky, filiado à FEPASA, tem confirmado definitivamente sua revitalização. A longa história que a escola construiu nos seus 27 anos de existência volta a provocar ecos no meio estudantil com a tomada das mesmas propostas que regeram o desenvolvimento levado até o momento, segundo o diretor. Fundado pela antiga Estrada de Ferro Sorocabana, em 1947, através do trabalho e empenho da Professora Regina Andrade de Almeida, que acompanhou a vida da escola até o ano passado, quando então passou a ocupar o cargo chefe da Seção de Ensino da FEPASA, em São Paulo, o “Matheus Maylasky” tem uma única proposta, diz o diretor: “Mantemos um corpo docente do mais alto nível, e agora que voltamos a atuar estamos muito empenhados em fazer da escola o que ela sempre teceu nesses anos de existência, ou seja, ministrar um ensino à altura”. Segundo Valêncio essa organização escolar já foi considerada das melhores de Sorocaba dado ao seu nível de instrução, e volta, agora, para implantar a metodologia de ensino que sempre encontrou boa receptividade entre a população. (MATHEUS MAYLASKY, ..., 1976).

Em outra matéria, o diretor Valêncio destacou a proposta de retomada, conforme registro:

Aumentaremos um grau mais elevado em cada ano. Em 1977 atenderemos até a 2ª série, em 1978 haverá a inclusão da 3ª série assim sucessivamente até a 8ª série”, conclui. Assim sendo, a revitalização obedecerá um sistema que possibilita a reestruturação, sem perda, entretanto, do aproveitamento básico de infra-estrutura. Inclusive, como explica Valêncio dando tempo para que os próprios professores que ministram aulas até a 4ª série possam preparar-se para atender até 8ª série, caso não tenham preparo, conforme as normas de ensino ligadas diretamente a metodologia da Delegacia de Ensino de Sorocaba, como fazem as demais escolas estaduais ou particulares. (MATHEUS MAYLASKY, ..., 1976).

Vale ressaltar como essa comunidade interagiu em prol da escola e como se movimentava em busca de recursos, e mesmo de ações, para que as mais variadas necessidades da escola fossem supridas (MATHEUS MAYLASKY, 1981, p.6).

Cita-se, como exemplo, a reivindicação da comunidade por uma atitude da direção da FEPASA em relação ao caso do diretor que não estava correspondendo aos interesses da escola, tendo conduta questionável inclusive quanto à sua idoneidade, fato esse registrado pelo jornal da época:

O tradicional Instituto Educacional “Luiz Matheus Maylasky”, de nossa cidade, está atravessando um período de séria crise administrativa, que começa a ter inclusive graves ressonâncias no andamento normal de suas atividades pedagógicas. O diretor do estabelecimento de ensino de 1º Grau, localizado no início da rua Hermelino Matarazzo, com entrada debaixo do viaduto Jânio Quadros, está desaparecido da escola desde o início da semana. (CRISE,..., 1981).

Ressalta-se também o trabalho para obter recursos financeiros, mediante festas, venda de jornais e outros meios, além das contribuições que pudessem arrecadar dinheiro, administrado pela APM, para atender às necessidades da escola, que basicamente dependia de tais recursos, pois muitas vezes eles eram negligenciados pela direção da mantenedora.

Discorre-se sobre isso mais a frente, fato esse também registrado em jornal da época:

[...] juntamente com professores e corpo administrativo da escola, para manter a escola, trabalhando nas vendas de jornais, festas e outros meios para angariar recursos. E, graças aos funcionários das oficinas da EFS, a manutenção era feito em turno de revezamento de seu trabalho. O dinheiro que era arrecadado pela Associação de Pais e Mestres atendia as necessidades da Escola. (CRISE,..., 1981).

Nos momentos de crise, constatou-se a movimentação da comunidade representada “por pais de alunos que, com iniciativas próprias, buscavam apoio das autoridades competentes a fim de superar os problemas e manter a permanência da escola nos padrões estabelecidos desde a sua fundação”. (CRISE,...,1981).

Neste ponto, ressalta-se que não se queria repetir a inércia ocorrida durante o período de 1972 a 1975, já registrada anteriormente. A partir da nova retomada em 1976, determinada pela Companhia, a comunidade sentiu que deveria participar diretamente nesse processo, conforme registramos acima, mostrando força e competência para discutir, determinar e estabelecer os rumos da escola, para que a mesma atendesse plenamente suas diretrizes educacionais na formação dos alunos não somente no curso primário, mas dentro do modelo contemplado pelo primeiro grau, da primeira a oitava série, que, a partir de 1981, funcionava plenamente em suas dependências, atendendo filhos e parentes de primeiro grau dos ferroviários, conforme a concepção do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”.

A direção do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, tendo como provedora a FEPASA, era supervisionada pela Seção de Ensino da Companhia em São Paulo, chefiada pela professora Regina Andrade de Almeida, que até o ano anterior (1975) atuava como diretora na escola. No entanto, a direção do IEMM possuía autonomia para fazer sua gestão juntamente com o corpo docente, em busca de uma atuação mais efetiva, estabelecendo suas diretrizes educacionais pautadas nas diretrizes oficiais, porém, devido às características próprias da escola, buscava inovar em suas propostas educacionais diferenciando-se das escolas públicas, o que a tornava uma referência na educação e um orgulho para a comunidade que abraçava a causa em prol da sua perenidade. Destaca-se essa inovação quando, em 1978, o IEMM foi contemplado como primeira escola do Brasil a possuir uma Comissão de Prevenção de Acidentes. A ideia da criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA na escola surgiu com uma

exposição de motivos feita pelo engenheiro chefe da Divisão de Segurança do Trabalho da FEPASA à direção da escola, que de imediato, junto com seu corpo docente, decidiu colocar em prática, incluindo a matéria de Segurança no currículo da escola.

A CIPA ali formada, além de conscientizar os futuros trabalhadores do Brasil em torno da necessidade da prevenção de acidentes em todos os ambientes de trabalho, procuraria também evitar a ocorrência de acidentes dentro da própria escola, principalmente nos horários de recreio e também em seus lares.

Certamente o Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, de nossa cidade é a primeira escola a se preocupar com prevenção de acidentes. A iniciativa pioneira no setor educacional brasileiro tornou-se realidade na sexta-feira última, com a realização da solenidade de posse de sua comissão da CIPA do “Matheus Maylasky”. A solenidade contou com a presença dos diretores e professores e alunos da escola – do professor Djalma Dias de Souza, responsável pelo setor da Prevenção de Acidentes da Delegacia Regional de Sorocaba do Ministério do Trabalho, do engenheiro José Wandir Pires, da Fepasa, e de outros elementos ligados à Diretoria de Recursos Humanos das Ferrovias Paulistas S.A. Coube por sinal, ao Dr. José Wandir Pires tendo ao seu lado o professor Djalma Dias de Souza, dar posse oficial aos membros da diretoria provisória da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, que irá atuar até que seja realizada a eleição para a escolha da diretoria efetiva. Compõem a diretoria provisória Elza Maria Silveira (professora com curso de Inspetor de Segurança - Presidente), Jorge Luiz Bueno (aluno – Vice presidente), Edison Bonani (auxiliar de administração geral – 1º secretário), Nerli Croco de Oliveira (2º secretário) e os representantes Valêncio Oscar de Miranda (diretor da Escola), Anna Amélia Marins e Vasthi L. Martins Xavier (professores) e ainda os alunos Wilson Colenci Silva, Denílson Martineli, Rita de Cássia Lourencetti, Márcio Alexandre Alberto e Marcelo de Godoy. (MATHEUS MAYLASKY, ...,1978).

A novidade foi destaque também na Folha de São Paulo:

Estudo e recreação com segurança é a grande novidade que mais de 600 crianças, de 7 a 11 anos de idade, do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, em Sorocaba, terão a partir do próximo ano letivo, quando entrar em atividade regular a CIPA – Escolar, recém-criada, naquele estabelecimento. A implantação da comissão interna de Prevenção de Acidentes, no IEMM, uma escola de 1ª grau que a Fepasa mantém para os filhos e parentes de seus funcionários é inédita no Brasil e foi idealizada por professores e técnicos de segurança da empresa. A ideia da CIPA – Escolar nasceu este ano, com objetivo de livrar as crianças dos acidentes a que frequentemente estão expostas, não apenas nos intervalos de recreio escolar, como também em suas casas, nos clubes e outros locais de lazer. Formada nos mesmos moldes daquelas que zelam pela segurança dos adultos no trabalho, ela já integra seis representantes do corpo docente e

seus alunos, além de um grupo numeroso de auxiliares, designados como fiscais, na proporção de duas crianças por classe. Aproveitando os últimos dias do ano letivo, este primeiro grupo está treinando outros elementos para a realização do programa previsto para 1979. (SOROCABA , ..., 1978).

A primeira CIPA Escolar, criada em 1978 pela direção do IEMM com total apoio da Companhia, tinha seus membros indicados pela direção da escola, porém, em 1979, a escolha foi realizada democraticamente mediante o voto dos alunos, que escolheram entre duas chapas concorrentes.

Duas chapas com 9 membros cada, e alternando alunos e professores nos diversos cargos, participaram do pleito, saindo vencedora a chapa apoiada pela professora Olga Mendes Nascimento, com diferença de 164 votos (415 à 251; três votos anulados). O Instituto “Matheus Maylasky”, estabelecimento de ensino de 1º grau, é mantido pela Ferrovia Paulista S.A. e serve aos filhos e parentes dos funcionários da ferrovia. A CIPA mirim primeira do país tem o apoio de sua mantenedora, que colocou - se à disposição do trabalho. (MATHEUS MAYLASKY, ..., 1980).

Essas matérias consideradas inéditas nos currículos escolares do país foram desenvolvidas por professores do Instituto, com base nos trabalhos elaborados pelos técnicos de segurança da FEPASA que apoiaram integralmente a direção da escola.

Objetiva-se que as crianças adquirissem conceitos que lhes fossem benéficos imediatamente, e na idade adulta e que se refletissem no lar, no trabalho e na vida comunitária: As crianças, que integravam a CIPA - Escolar, eram todas identificadas por vistosos crachás, que ostentavam em seus uniformes escolares e sentiam-se empolgadas com a nova atividade e já eram vistas com mais respeito e até imitadas pelos colegas. Os membros empossados teriam sua gestão por um ano. Pelo entusiasmo de todos os alunos do IEMM, era possível que a comissão seguinte, a ser escolhida através de eleição, fosse muito disputada. (MATHEUS MAYLASKY, ..., 1980).

Novas disciplinas com conteúdo em segurança e prevenção de acidentes passaram a ser administradas no período escolar primário do IEMM.

Os trabalhos e ensino serão dirigidos pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da FEPASA, cuja meta, dentro da empresa é, como o nome indica, proporcionar total segurança aos empregados. As crianças do Instituto, que leva o nome do primeiro presidente da Estrada de Ferro Sorocabana, aprenderão como se proteger de acidentes, no caminho da

escola, do clube, de casa ou do cinema. Dentro da própria CIPA, haverá uma CIPA-MIRIM, que também terá funções executivas. A FEPASA acredita que esse programa não apenas beneficiará a segurança dos alunos, agora como os preparará para a fase adulta. Fazem parte do curso ainda informações complementares sobre cuidado com obstáculos no chão, proteção contra insolação, postura correta, conservação da limpeza pública, cuidado com animais e insetos, obediência ao trânsito e atenção ao fogo. (SEGURANÇA,..., 1979).

Pode-se configurar a representação dessa comunidade na figura da direção, professores e pais, caracterizada pela Associação de Pais e Mestres (APM) formalizada a partir de 1981; uma peculiaridade da APM é que esses pais, também sendo funcionários da FEPASA, dedicavam horas fora do seu expediente normal de trabalho, com autorização da chefia, para confecção de instrumentos ou reparos em equipamentos da escola, bem como na manutenção e instalação elétrica, hidráulica, recuperação de armários, carteiras, lousas, cortinas, e também no entorno da escola, com cercas, alambrados, jardins e espaços externos. A APM se inteirava cada vez mais das necessidades e se empenhava nas mais diversas formas para suprir a escola, de maneira que a mesma pudesse oferecer toda estrutura necessária para um ensino de qualidade e dentro dos padrões estabelecidos pelo Instituto desde a sua fundação. Reforça-se aqui o intenso trabalho para angariar fundos e contribuições que pudessem arrecadar dinheiro para atender às necessidades e demanda da escola.

Percebe-se na leitura das atas que, em muitos momentos, a direção da FEPASA não demonstrava apoio para as necessidades da escola, embora fosse sua provedora; no entanto, os representantes da comunidade não esmoreciam e trabalhavam unidos para alcançar os objetivos estabelecidos, pois nem sempre a escola contava com todos os recursos necessários advindos de sua provedora, que se preocupava em manter em dia somente a folha de pagamento do corpo docente, sendo as demais necessidades geridas e administradas pela própria APM. As questões relacionadas às despesas com manutenção e preservação da escola tinham que ser reivindicadas ou levantadas pela APM, que não descuidava desses aspectos, reunindo, discutindo e estabelecendo planos de ações para superarem os problemas a serem enfrentados.

Registrado em ata da APM em 1º/09/1981, o diretor da escola autorizou promover um bazar da pechincha a fim de levantar fundos para reparação de mimeógrafos que não funcionavam.

[...] Ao primeiro dia do mês de setembro de 1981, na sala de aula do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, realizou-se mais uma reunião da APM - entre os assuntos tratados o item 3º- também ficou decidido a promoção de um Bazar da Pechincha dependendo apenas da autorização do Sr. Diretor da Escola” “No item 4º, as professoras deram queixa que um dos mimeógrafos estava com defeito”. (MATHEUS MAYLASKY, 1981,p.5).

Os registros financeiros eram apresentados em forma de balancetes disponíveis para conhecimento de toda a comunidade, assim como as disponibilidades financeiras nos respectivos bancos em que tinham as contas.

Cita-se como exemplo o registro na ata de 04/12/81, em que a APM aprovou a aquisição de um novo mimeógrafo e um aparelho de som com os recursos disponíveis no caixa.

[...] Ao quarto dia do mês de dezembro de 1981, na sala de aula do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, reuniu se a APM para tratar diversos assuntos relacionados a escola. Entre eles destaca-se a compra de um aparelho de som e um mimeografo pelo Sr. Victor (membro da APM). (MATHEUS MAYLASKY, 1981, p.6).

Ainda, para fundamentar a efetiva participação da comunidade para o bom funcionamento da escola, apresenta-se aqui mais algumas ações dessa contribuição efetiva. No registro da ata datada de 29/05/82, encontra-se a seguinte decisão conforme segue:

[...] Aos vinte e nove dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e dois, reuniu – se a diretoria recentemente empossada da APM para a primeira reunião mensal. Entre outros assuntos tratados aprovou-se a aquisição de uma nova máquina de escrever e reforma geral da máquina existente na escola que apresentava defeito e ainda a aquisição de material de consumo e manutenção da escola bem como a reforma de cortinas nas salas que apresentavam deformidade. (MATHEUS MAYLASKY ,1982, p.8).

Em outro momento, destaca-se, em reunião de 29/02/84, uma decisão inusitada, porém que reforça a participação e contribuição oferecida pelos pais junto à escola:

Estabeleceu-se nos dias 10/17/24/31-03-84 um mutirão de pais para efetuarem limpeza no fundo do pátio da escola, recolocação das cortinas nas classes que estavam sem as mesmas, recolocação das torneiras nos bebedouros e outras ações de melhorias como manutenção no sistema de água potável do pátio. (MATHEUS MAYLASKY ,1984, p.9)

Ainda dentro deste mesmo princípio, no registro da ata de 31/05/84, entre outros assuntos tratados, destaca-se:

[...] item 04 – convocando um mutirão de pais de alunos para promover a limpeza do pátio da escola; no item 06 – o presidente da APM Sr. Nelson Soares de Assis conseguiu junto a FEPASA 40 metros de tela para fazer o alambrado no corredor da entrada, programando-se ainda com o soldador, funcionário da FEPASA a colocação do alambrado no dia 23/06/84. (MATHEUS MAYLASKY ,1984, p.10).

Todo trabalho de manutenção e preservação da escola estava sob a responsabilidade da comunidade, que não media esforços através da sua representação - APM, para manter o IEMM em plena condição de funcionamento. Na ata da reunião de 29/06/84, entre os vários assuntos tratados para manutenção da escola, destacam-se os seguintes compromissos:

[...] 01 - Orçamento da praça para modificação do encanamento geral da escola de ferro para PVC; 02- Vasos de Aço Inox em dois tamanhos para os Mictórios da escola; 03- Recolocação de tacos que estão soltos no chão da sala número 13; 04- Realização de um bingo nas oficinas para a compra de um aquário que será doada para escola; 05- confecção do muro na divisa da carpintaria com autorização do Sr. Amauri da UR1; 06- Uma gôndola de pedrisco para colocar no corredor de entrada dos carros. (MATHEUS MAYLASKY ,1984,p.11).

A Associação de Pais e Mestres, em função de muitas reclamações, decidiu contratar e manter na escola três funcionárias para a realização da faxina, conforme registro em ata da reunião realizada em 11/04/85:

[...] 1 – Serão contratadas pela APM até o final do seu mandato, três senhoras para trabalharem nos serviços de limpeza interna da escola; 2 – Está havendo muitas reclamações devido a falta de limpeza na escola; 3 – Verificar com o Sr Amauri para arrumar uma pessoa para fazer a limpeza externa da escola; 4 – Fazer uma compra de materiais de limpeza; 5 – Será pago CR\$ 15.000,00 (cruzeiros) por dia para cada faxineira; 6 – as Limpezas serão realizadas todas as terças e quintas feiras; 7 – O contrato das faxineiras, será até o dia 27 de abril, data quando haverá eleição para a nova diretoria. (MATHEUS MAYLASKY ,1985, p.12).

No livro ata da APM consta ainda o seguinte registro:

Estas prestadoras de serviços autônomas permaneceram sob a responsabilidade da Associação de Pais e Mestres até 10/08/93, quando foram contratadas pela TIJOFRAN, empresa que realizava a manutenção na regional da FEPASA no município de Sorocaba. (MATHEUS MAYLASKY, 1993, P. 49).

Dentro das ações desenvolvidas pela comunidade na preservação da escola, destaca-se o trabalho desenvolvido pela APM, representada pelo presidente Sr. Adilson Mendes junto à FEPASA com o chefe do departamento de benefícios e a chefe da divisão infantil, numa reunião em 14/03/86 na sede em São Paulo para tratar de assuntos relacionados às dificuldades no relacionamento existente entre a IEMM e a FEPASA, bem como discutir a necessidade de ampliação da escola com a construção de um prédio para abrigar a pré-escola, a fim de atender as crianças dentro dessa faixa etária. Conforme registro em ata, esta construção foi administrada pela Associação de Pais e Mestres, contando com apoio da comunidade e união entre os pais, direção, poder público (representado pela Prefeitura Municipal), e a FEPASA.

[...] O Sr. Adilson Mendes presidente da APM comunicou a diretoria da escola e aos presentes colegas o seguinte: estamos entregando o prédio da pré-escola ao IEMM, totalmente concluído, com suas dependências disponíveis para as atividades escolares e conforme todas as normas da delegacia de ensino. Salientou que a construção da pré-escola foi feita com trabalho de união entre os pais, professores, direção e prefeitura municipal e a FEPASA, com a inauguração da escolinha marcada para 21/08/89 às 17: 30hs tendo a participação das crianças na festa patrocinada pela APM. (MATHEUS MAYLASKY,1989, p.37).

Ainda sobre a movimentação dos pais, constou o registro em reunião da APM realizada em 28/11/86:

[...] De acordo com a reunião realizada entre as equipes interessadas no uso da quadra de esportes, ficou resolvido que o pessoal da UR1 da oficina de Sorocaba, colaboraria com a APM com a venda dos Tickets para arrecadar fundos que serão destinados ao pagamento da pintura da quadra, ficando 500 números a disposição das equipes e 500 restantes para serem vendidos na escola para os pais de alunos interessados em colaborar. (MATHEUS MAYLASKY , 1986, p. 25).

Portanto, os registros retratavam que a movimentação da comunidade era permanente junto à provedora. Na verdade, a comunidade estabelecia o que era necessário para a continuidade e qualidade da escola, e ainda administrava as dificuldades existentes, pois nem sempre havia o apoio necessário por parte da Companhia para atender às necessidades da escola, que corria constantemente o risco de sua desativação ou uma destinação que permitisse a FEPASA se desincumbir de tal responsabilidade.

Acerca dos fatos já citados neste capítulo, bem como os registros históricos das ações desenvolvidas pela comunidade e o seu sucesso, apesar das dificuldades e desafios encontrados, destaca-se a seguir os três momentos que foram extremamente críticos na história do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, após a sua retomada pela direção da FEPASA em 1976.

A participação da comunidade "maylaskiana", neste estudo, pode ser dividida em três momentos cruciais para a escola: 1981, 1985 e 1995.

4.2 Episódios relevantes ocorridos a partir de 1981

Aqui, retrata-se a crise administrativa ocorrida em 1981, mencionada no início deste capítulo, ocorrida na gestão do diretor Valêncio Oscar de Miranda, com indicadores de irregularidades em sua gestão, gerando problemas no ensino, na rotina da escola, bem como problemas pedagógicos pela indisponibilidade de material aos professores, elevando à insatisfação da comunidade.

A comunidade movimentou-se questionando a direção da FEPASA por intermédio da APM e reivindicando uma solução, pois o diretor nomeado não estava correspondendo ao cargo e principalmente ao trabalho ali desenvolvido. A Companhia compreendeu a situação e atendeu à expectativa da comunidade, não permitindo que a crise administrativa instalada pela direção destruísse toda

conquista alcançada pelo Instituto Educacional “Matheus Maylasky”. O Jornal Diário de Sorocaba, faz uma menção sobre o assunto:

O pronunciamento dos pais e da comunidade nesse momento se fez presente, reivindicando junto a direção da FEPASA a busca de soluções para os problemas enfrentados com medidas efetivas que garantisse a tranquilidade e o bem estar da escola”. (CRISE, ..., 1981).

Em atenção aos questionamentos da comunidade e dos pais, a direção da FEPASA designou um representante para efetuar o levantamento de toda a situação e apresentar um relatório para a diretoria da Companhia. Este representante, Dr. Milton Calzavara, chefe da Divisão de Programas de Formação Profissional da FEPASA, passou um dia todo desenvolvendo seu trabalho, sendo acompanhado pelo Sr. Antônio Guilherme, ferroviário.

O Dr. Milton Calzavara prometeu ao Sr. Antônio Guilherme que levaria a São Paulo todos os levantamentos ali realizados e imediatamente encaminharia ao conhecimento do Dr. Naim Jacob, diretor do Departamento de Treinamento do pessoal e de Seleção da empresa, e do próprio presidente da FEPASA, o engenheiro Chafic Jacob, prometendo soluções para os próximos dias, afirmando que a gravidade da situação administrativa da escola iria determinar as providências que se fizessem cabíveis para o caso.

Como foi prometido, o professor Naim Nicolau Jacob, chefe do Departamento de Treinamento e Planejamento de Pessoal, retornou a Sorocaba já com a solução para os problemas administrativos e pedagógicos encontrados durante a inspeção realizada na escola, primeiro com a substituição do diretor da escola e a nomeação provisória do professor Rubens Caxias, que assumiu a direção procurando colocar a “casa em ordem” e, assim, garantir a sequência do nível de ensino ali ministrado.

Transcreve-se a seguir parcialmente a ata que trata dessa questão:

Aos seis dias do mês de junho de 1981, as oito e trinta horas na biblioteca do Instituto Educacional Matheus Maylasky, com a presença dos senhores: Hercy F. Gimenes e Rubens Caxias, o Sr. Presidente Márcio Mascarenhas, iniciou o seguinte relato: 1º - em vista de problemas administrativos a Diretoria da FEPASA demitiu o diretor da escola o Sr. Valêncio de Miranda e nos apresentou o Sr. Diretor interino Rubens Caxias. (MATHEUS MAYLASKY, 1981, p.3).

Para concluir esse processo, era ainda necessário definir a direção efetiva do IEMM, por isso o Departamento de Treinamento e Planejamento de Pessoal da FEPASA realizou um concurso interno entre as professoras:

No entanto, paralelamente o Departamento de Treinamento e Planejamento de Pessoal da FEPASA realizou um levantamento de todas as professoras habilitadas para assumir efetivamente a direção da escola no lugar do Professor Rubens, que estava acumulando suas funções na Regional de Campinas da FEPASA com esta em nossa cidade. A escolha de uma delas para o cargo foi feita mediante a realização de concurso interno. O professor Naim determinou também providências urgentes para que o “Mayaksy” voltasse a participar ativamente da vida da comunidade sorocabana como um todo, a começar pela reativação de sua biblioteca escolar e recuperação da fanfarra para a participação da escola no desfile cívico de 7 de setembro. (FERRAZ, 2005, 101).

4.3 Episódios relevantes ocorridos a partir de 1985

O segundo momento crítico ocorreu em 1985, quando a comunidade representada pela APM movimentou todas as suas forças para se contrapor a uma nova decisão da FEPASA, que pretendia se desvencilhar do compromisso com o Instituto, propondo a sua transferência para a Secretaria Estadual da Educação, transformando-o numa escola pública estadual.

Esse novo momento crítico instalado começou com o descuido do departamento de Recursos Humanos da FEPASA que, mesmo alertado com antecedência, não providenciou a contratação de professores para substituir os que estavam se desligando ou aposentando. Para o início do ano letivo na primeira série não havia professor, o que levou, pela primeira vez na história do “Maylasky”, à dispensa dos alunos que não puderam ter seu primeiro dia de aula simplesmente porque não houve contratação de professor. O descontentamento e a revolta tomaram conta dos pais, que exigiam mais respeito e se movimentavam para que as lideranças políticas da cidade cobrassem providências do governador Franco Montoro¹¹.

¹¹ Franco Montoro - foi governador de São Paulo no período de 1983 a 1988.

Hoje as aulas deveriam ser iniciadas normalmente no Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, mas pela primeira vez em sua história isso não vai acontecer por um único motivo: falta de professores; o que causou revolta por parte de alguns pais segundo deu-se a matéria: Os alunos vão ser simplesmente dispensados, mas os pais revoltados com essa situação que atinge os da primeira série, na maioria filhos de ferroviários que observam os acontecimentos denunciando “a displicência com que o Setor de Recursos Humanos da FEPASA tratou o problema” e acrescentava: “Segundo os pais, a FEPASA foi comunicada a partir de agosto do ano passado sobre a crise no estabelecimento, um dos mais tradicionais da cidade. Mas não houve qualquer manifestação, enquanto os professores iam-se desligando por aposentadoria, passando a ser substituídos por estagiários, cujos contratos terminaram em dezembro. Eles acham que a escola merece um tratamento especial por parte das lideranças políticas da cidade, cobrando providência do governador Franco Montoro. (MATHEUS MAYLASKY, ...,1985).

Os pais, inconformados, tiveram que aceitar uma situação emergencial, resolvida em caráter provisório pela área de Recursos Humanos da FEPASA, com a contratação de uma estagiária para atender essa turma da primeira série e dar início à alfabetização das crianças.

Regiane Cristina dos Santos que passou todo o dia da última sexta-feira no prédio da administração da FEPASA, em São Paulo, acertando documentos e realizados os testes necessários para assumir o encargo até que a situação se defina totalmente. Falando a respeito do problema, ela salientou que “dada a escassez de tempo e da incerteza com relação a quando será definida a situação, pouco poderá ser feito junto as crianças, mas durante o tempo que eu permanecer pretendo iniciá-los na alfabetização. (MATHEUS MAYLASK , ..., 1985).

A situação só se resolveria após o setor responsável marcar a data para o concurso e efetuar a nomeação da professora, o que poderia levar algum tempo, em torno de quinze dias, conforme a expectativa.

Até menos é só o Departamento de Recursos Humanos da FEPASA marcar a data para o concurso, desenvolver a prova e nomear a professora, sendo que isso pode ocorrer ainda esta semana, pois a convocação das interessadas dar-se à por telefone. Felizmente o problema já foi resolvido com essa estagiária para a primeira série e com o empréstimo de uma professora de História da rede municipal. Falta, definitivamente, para solucionar o caso, o concurso da FEPASA, que deve acontecer nesses dias, sendo esta a promessa do administrador da Fepasa, quando de sua visita à escola na semana passada”, declarou a diretora da escola Waldeliz Campos dos Santos. (MATHEUS MAYLASK , ..., 1985).

Ainda neste mesmo ano, as dificuldades financeiras enfrentadas pela Companhia levaram a sua direção, que já apresentava grande interesse em se desfazer da escola, voltando sua atenção somente para sua área operacional, a iniciar os estudos para que o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” passasse a ser responsabilidade do Estado mediante um convênio com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. O jornal Cruzeiro do Sul, na época, abordou o assunto:

Os pais de alunos do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, mantido pela FEPASA, reuniram-se ontem à tarde para discutir uma série de problemas que envolvem a assinatura de convênio entre a FEPASA e a Secretaria de Estado da Educação, para que a escola passe à rede estadual de ensino. Durante a reunião o assunto foi muito discutido e, ao final, tanto os pais como os docentes acabaram por tomar posição contrária ao convênio que pretendem levar até a diretoria da FEPASA e à autoridades locais. Uma das propostas surgidas na reunião foi a de que os próprios pais passem a arcar com as despesas da escola e esta permaneça na condição de particular. (MATHEUS MAYLASKY , ..., 1985).

A comunidade, representada pelos pais e professores que já estavam à frente da escola com várias ações de preservação e manutenção, conforme já tratado anteriormente, contrariada com esta nova situação, imediatamente se mobilizou.

Centenas de pais se reuniram para uma tomada de posição contra a possibilidade de passar a escola à rede estadual, apelando às autoridades, à classe política e argumentando que a escola tinha tradição de quase quarenta anos em Sorocaba, colocando-se entre as melhores da região em termos de formação pedagógica e formação de alunos.

Preocupados com a notícia de que a FEPASA – Ferrovia Paulista S/A – está pretendendo fazer um convênio com o Estado para passar o Instituto Educacional Matheus Maylasky para a Secretaria de Educação, centenas de pais de alunos do estabelecimento se reuniram ontem à noite para uma tomada de posição contra essa possibilidade, prometendo apelar com veemência às autoridades e classe políticas. (FEPASA, ..., 1985).

Para essa comunidade que não aceitava outra alternativa que não fosse o sistema vigente, a passagem da escola para a rede pública estadual seria um retrocesso, pois a escola estadual, no entender da comunidade “maylaskiana”,

oferecia um ensino deficiente, de baixa qualidade e ainda estigmatizada com um modelo de ensino ineficiente pela sua massificação.

Conforme Azanha, 1995:

Já que estamos vivendo num momento em que a escola pública vem sendo vista sistematicamente como algo ruim, tornou-se um drama para a classe média, o de colocar seu filho na escola pública. Até o professor da escola pública, se puder, não coloca seu filho para estudar nessa escola. Deixada à sua própria sorte e estigmatizada, a escola pública, exatamente por ser pública, parece destinada por sua própria natureza a ser uma instituição ineficiente e irrecuperável. (AZANHA, 1995, p.23).

Recordando seu tempo de estudante, Azanha testemunha:

Estamos vivendo, hoje, este fato. No meu tempo de moço, de adulto já profissionalizado, a escola pública era a boa escola. Hoje, com a expansão da escola e com a irresponsabilidade governamental em não provê-la do necessário, neste ambiente político e econômico, a realidade educacional brasileira, e a de São Paulo dentro dela, é essa que aí está. [...] em termos de uma política educacional, essa escola é ruim, má como se fosse destino dessa escola ser ruim; ela, porém, não é e não foi sempre assim. (AZANHA, 1995, p.23).

Em sua abordagem, o autor resume o significado para a sociedade, o sentimento com relação à escola pública e como a mesma era vista pela comunidade.

Conforme registrou o Diário de Sorocaba do dia 13/06/85:

Os pais estão preocupados com o convênio, argumentando que a escola, de uma tradição de quase 40 anos em Sorocaba e que se coloca entre as melhores da região em termos de orientação pedagógica e formação de alunos, sendo transferida para a Secretaria de Educação praticamente acabaria. Os pais pronunciavam-se contra a possibilidade da escola se estadualizar. Para eles o Estado ofereceria a seus filhos um ensino deficiente e de baixa qualidade. Em virtude da crise enfrentada pela escola pública estadual, eles acreditavam que se a escola fosse gerida pelo Estado a tradição de quarenta e anos de orientação pedagógica e formação dos alunos seria comprometida. Preocupavam-se com: “O padrão de ensino do estabelecimento, que atendia perto de 900 estudantes, na maioria filhos ou parentes de ferroviários”. (FEPASA, ..., 1985) .

Em reunião realizada com os pais, a APM recebia total apoio do Sindicato dos Ferroviários, tendo como representante nessa reunião o Sr. Ozéias Mendes Silva,

vice-presidente da entidade que havia recebido informação da disposição da FEPASA em manter seus bens e recursos financeiros voltados para o transporte e não para o ensino. Esta condição deixava os pais ainda mais revoltados, como indica o questionamento do diretor da APM, Sr. Adilson Mendes:

Por que a FEPASA não firma um convênio conosco, pais de alunos, nós já mantemos a escola com nossa contribuição mensal, ela mal paga a folha de pagamento. Esta proposta (firmar um convênio com os pais de alunos) seria apresentada à direção da FEPASA, antes do dia 18/06/85 (data da assinatura do convênio). (MATHEUS MAYLASKY ,..., 1985).

Durante essa reunião ninguém tinha certeza de nada e nem sabia exatamente o que a Companhia queria fazer; havia informações que uma das finalidades do convênio seria que a Secretaria da Educação fornecesse merenda, material didático, médico, dentista e orientação pedagógica.

Este era o ponto crucial, “orientação pedagógica”. Os pais não concordavam com isso em hipótese alguma, vendo assim o fim do padrão de ensino da escola, argumentando inclusive que essa seria uma maneira de, em poucos anos, a Secretaria de Educação tomar conta definitivamente do “Matheus Maylasky”. Diante da situação, ao final da reunião ficou decidido que o vice-presidente do sindicato dos ferroviários que apoiava integralmente a causa da comunidade “maylaskiana” faria contato diretamente com a direção da FEPASA:

Sr. Ozéias Mendes da Silva tentaria trazer a Sorocaba o gerente de Benefícios da FEPASA para que esclarecesse realmente o que se pretendia e também ouvisse a posição dos pais em relação às propostas. Porém, não houve atendimento pela FEPASA nesse sentido. (FERRAZ, 2005, p. 105).

Convictos de que o convênio a ser firmado entre a direção da Companhia e a Secretaria da Educação aconteceria em breve, a comunidade se mobilizou para encaminhar abaixo-assinados às autoridades políticas da cidade com o objetivo de impedir que o “Maylasky” fosse estadualizado, pedindo providências dos deputados federais Theodoro Mendes e Nélon do Carmo e do deputado estadual Walter Mendes, além do prefeito Flávio Chaves e dos vereadores, no sentido de que

intercedessem junto ao governo para impedir a transferência do “Matheus Maylasky” para a Secretaria de Educação.

Totalmente insatisfeitos e alvoroçados com a possibilidade desse convênio ser assinado de imediato e sem nenhum esclarecimento à comunidade da escola, os pais procuraram o prefeito Flávio Chaves¹². Havia queixa também entre os pais, que já assumiam muitas despesas contribuindo financeiramente e com trabalho voluntário para a APM, porque a FEPASA sempre alegava não dispor de recursos para obras e serviços de manutenção.

A escola mantinha próximo de 900 alunos formando na maioria filhos e parentes de ferroviários, ostentando que o padrão pedagógico era uma velha tradição da escola inconcebível com os padrões da escola pública. (FERRAZ, 2005, p.106).

Diante de toda movimentação da comunidade e dos pais, a Câmara Municipal de Sorocaba também se posicionou contra a transferência do “Maylasky” para o Estado, aprovando o requerimento do vereador Santo Mantovani Filho.

Inclusive, o edil considera que aparentemente a medida “parece oferecer condições de viabilidade pelo que dizem os pais de alunos”. “Entretanto – afirma – isso seria um verdadeiro desprestígio para a direção da FEPASA, que segundo consta quer ser ver livre dos ônus causado pela manutenção do estabelecimento de ensino”. Acima de tudo isso, o vereador considera que deve - se levar em conta a tradição de ensino oferecido pela escola durante várias décadas. E acrescentou argumentando que: A direção da FEPASA deveria se preocupar com a administração propriamente dita da ferrovia, deixando de uma vez por todas a intenção de mudar o que vem funcionando perfeitamente em ordem elevando o próprio nome da empresa”, acentua Santo Mantovani Filho. Diante disso, a Câmara deverá transmitir diretamente ao governador Franco Montoro um apelo no sentido de não ser permitido o convênio e manifestando inclusive não ser admissível qualquer interferência pedagógica no estabelecimento, “pois o ensino ali ministrado há décadas é de elevado nível educacional, não havendo nenhuma necessidade de sofrer modificações, pois não se deve pensar em alterar aquilo que vem satisfazendo plenamente. (CÂMARA,..., 1985).

Ainda sobre a situação, registra-se o depoimento da diretora da escola professora Waldeliz Campos dos Santos, para o jornal Cruzeiro do Sul na época, representando a escola bem como o pensamento da direção da FEPASA, da qual

12 Flávio Chaves - Prefeito de Sorocaba no período de 1983 a 1987.

era contratada. A empresa alegava dificuldade em manter e administrar a escola, principalmente no que dizia respeito à contratação de novos funcionários, pois havia um decreto do governador que proibia contratações para as empresas de capital misto, como era o caso da FEPASA.

A diretora do Instituto Educacional Matheus Maylasky, Waldeliz Campos dos Santos, há 25 anos na escola e há 04 na direção, informou que a reunião realizada ontem foi convocada pela APM, após um encontro realizado na semana passada, entre a direção da escola e representantes dos pais de alunos. Nesta primeira reunião foi explicado o motivo que provocou a pedido de convênio com o Estado, por parte da FEPASA. A Empresa vinha sentindo dificuldade em manter e administrar a escola, segundo sua direção, principalmente no que “dizia respeito à contratação de novos funcionários, para preenchimento de cargos (aposentadorias, por exemplo). Existia um decreto do Governador que proibia contratações para as empresas de capital misto, porém para as escolas da rede estadual não havia tal exigência”. (MATHEUS MAYLASKY , ..., 1985).

Ainda segundo a diretora Waldeliz Santos, haveria outro problema com a situação do corpo docente, que, a princípio, teria seus salários diminuídos; porém, entre outros aspectos, essa situação seria encaminhada à direção da FEPASA, para análise do caso:

Pois os professores da rede estadual ganham metade do que os nossos professores. Por outro lado, o Estado pretendia ficar com o prédio e com toda administração da escola, além de implantar as normas disciplinares e curriculares da rede estadual, que não coincidiriam com o padrão da escola. Nós sabíamos da pretensão da FEPASA em fazer um convênio com o Estado, mas não sabíamos que estava tão adiantado assim. A direção da escola não participa do movimento dos pais, recebemos autorização da direção regional da FEPASA para discutir o assunto com os pais e a APM, por isso realizamos a reunião com ele. Agora, a decisão de todos deverá ser conduzida à direção da empresa, que estudará o caso, informou. (MATHEUS MAYLASKY , ..., 1985).

Nesse contexto de incertezas e dúvidas, o diretor da Associação de Pais e Mestres, Sr. Adilson Mendes, adiou uma reunião que teria no dia 20/06/85, na unidade de ensino, com membros da FEPASA e outros interessados no assunto, em vista de um comunicado feito pelo chefe do Departamento de Benefícios da empresa, José Bolentini, que viria a Sorocaba na semana seguinte para falar sobre os termos do acordo que a Companhia pretendia firmar com o Estado. No dia 21 de junho de 1985, o jornal Cruzeiro do Sul, relatava o seguinte:

O diretor da Associação de Pais e Mestres, Adilson Mendes, informou ontem que a FEPASA vai mesmo assinar o convênio com a Secretaria de Estado da Educação, colocando sob sua direção a EEPPG “Matheus Maylasky”, que até agora funciona como unidade particular e é propriedade da empresa ferroviária. Ainda segundo o diretor, são tranquilizadoras para a escola e trarão muitos benefícios, pois propõe que o Estado forneça à unidade o material didático, merenda escolar, faça a manutenção do prédio e mantenha a mesma administração e normas pedagógicas atualmente em funcionamento. Além disso, vai dar garantia de trabalho para os atuais professores. Adilson afirmou que foi pedida uma cópia desta minuta com as propostas, mas como a direção da FEPASA não pode fazer isso, comprometeu - se em fornecer uma carta aberta aos pais de alunos, esclarecendo a situação. Segundo ele, em contato com o chefe do Departamento de Benefícios da FEPASA, foi informado de que com o convênio nenhum aluno ficará sem escola e caso não se conclua o acordo com a Secretaria de Estado da Educação, é intenção da empresa continuar mantendo a escola como o fez até agora. (MATHEUS MAYLASKY,..., 1985).

Conforme informação transmitida ao presidente da APM Sr. Adilson Mendes, a FEPASA cumpriu o combinado e mandou como seu representante, o chefe do Departamento de Benefícios, Sr. José Bolentini, na semana seguinte para conversar com os pais sobre os termos do acordo que a Companhia pretendia firmar com o Estado:

Na reunião de sexta-feira, o chefe do Departamento de Benefício da empresa assinalou que vêm sendo mantidos entendimentos com a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de viabilizar um convênio cujo objetivo fundamental é de preservar a Educação em conformidade com que estabelece a Constituição do Estado. Sobre o convênio, o chefe do Departamento de Benefício acrescentou que: “haverá a conjugação de esforços de ambas as instituições, para a manutenção da unidade escolar cada qual com as suas responsabilidades. Neste caso, a FEPASA cederá em caráter transitório o prédio, assumindo os encargos decorrentes do imóvel, com o pagamento das taxas, impostos e despesas de água, luz e telefone. E também continuará arcando com as despesas relativas ao pagamento de aposentadoria, bem como o ônus trabalhista decorrente”. Quanto a Secretaria de Estado, explicou: “que a ela caberá as despesas relativas ao desenvolvimento das atividades escolares, mantendo a supervisão administrativa e pedagógica, conservando o prédio e os bens móveis existentes, fornecendo a merenda e material escolar, pedagógico e o de limpeza necessários à unidade. Ainda ficará responsável pela substituição de toda a mão de obra que vier a se desligar do estabelecimento, tanto o pessoal administrativo, como professores que ali trabalham. José Bolentini deixou claro também que estará garantido aos filhos de ferroviários da FEPASA, as suas matrículas no “Matheus Maylasky”. (MATHEUS MAYLASKY,..., 1985).

Em princípio, o depoimento pelo presidente da APM ao jornal daria a impressão que o mesmo estaria concordando com a proposta da empresa, no entanto, ele estava apenas sendo o porta-voz das pretensões a serem implementadas pela Companhia, confirmadas nas matérias publicadas no jornal Cruzeiro do Sul da época, mas o impasse continuou. Em 03 de julho de 1985 a situação apresentava um novo perfil com a manchete “Maylasky pretende ter convênio com a Prefeitura”, estampada no jornal:

A Prefeitura de Sorocaba poderá assinar convênio com a FEPASA e tomar a si o encargo de dirigir e prover de meios humanos e materiais o Instituto Matheus Maylasky. Pelo menos é isso que a Associação de Pais e Mestres da Unidade está pretendendo, para evitar que o mesmo contrato seja firmado com o Estado. Segundo Adilson Mendes, presidente da APM da escola a intenção é impedir que a unidade passe a ser dirigida pela Secretaria de Estado da Educação, conforme vem sendo pleiteado pela direção da ferrovia. Ele explicou que a disposição da empresa em fazer isso, não está agradando aos pais de alunos e funcionários da FEPASA. “Nós tememos uma queda no nível de ensino da escola, que até agora foi superior ao das unidades estaduais”. Adilson afirmou que na sexta-feira o chefe do Departamento de Benefício da FEPASA, José Bolentini, esteve reunido no “Matheus Maylasky” com os pais de alunos, professores e autoridades locais, entre as quais o vice-prefeito Luiz Francisco da Silva e representantes do Sindicato dos Ferroviários, discutindo os termos do contrato que a empresa pretende firmar com o Estado. Expôs-se o desagrado de pais, professores e autoridades: “O que nos foi apresentado não agradou muito e agora estamos tentando encontrar uma solução para que isso não aconteça”, declarou. Uma forma de se conseguir isso, segundo ele, seria passando a responsabilidade pela unidade à Prefeitura Municipal. “Nós estaríamos mais seguros de que o nível e a mesma estrutura pedagógica seria mantida”. Na segunda-feira a APM encaminhou à Prefeitura uma carta pedindo ao prefeito Flávio Chaves que examine o assunto e pense nesta possibilidade, de assumir o controle da escola através de um convênio. Na opinião de Adilson, a rede estadual de ensino não tem uma boa estrutura e uma vez implantado seu sistema no Instituto de Educação “Matheus Maylasky”, o processo educacional ali cairia sensivelmente. Enquanto que pela rede municipal os problemas seriam menores. (MATHEUS MAYLASKY,..., 1985).

Embora o jornal tenha mencionado na matéria da época que era uma opinião do presidente da APM, na verdade o mesmo representava o clamor da comunidade que lutava para que não houvesse a estadualização pleiteada pela FEPASA, e sim outra solução que minimizasse o problema e ao mesmo tempo permanecesse com o padrão histórico alcançado pela escola ao longo da sua existência, uma vez, que a direção da empresa não se interessava mais pela manutenção da escola sob sua responsabilidade, que na verdade se encontrava sob a responsabilidade da

comunidade, conforme demonstrado ao longo da pesquisa, com uma participação a distância pela Companhia.

Não se tem registro que a Prefeitura tenha se sensibilizado e encampado a ideia de assumir a escola nesse período. Analisando os documentos, tem-se a clareza que a Prefeitura e as autoridades concordavam com o pleito da comunidade de não transferir a escola para o Estado, mas mantê-la sob a responsabilidade da própria FEPASA.

O tempo era exíguo e a cada dia que passava mais aumentava a angústia da comunidade, que não visualizava uma saída para reverter a situação. O Diário de Sorocaba de 09 de agosto de agosto de 1985 retratava o total descontentamento da direção da escola, dos professores e principalmente dos pais, que não se conformavam com o andamento do processo.

Contra a vontade da direção, professores e pais de alunos, hoje a Secretaria de Estado da Educação deve receber a responsabilidade de manter o Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, considerado uma escola modelo em Sorocaba pelo seu elevado padrão de ensino. Isso acontecerá através de convênio pelo qual a FEPASA, mantenedora da escola transfere o estabelecimento à Secretaria da Educação, o que é tido como prejudicial, acabando com toda uma tradição de anos de ensino elevado, ministrado no estabelecimento. Para evitar o que é entendido como o fim do Maylasky, na segunda feira haverá uma concentração na sede do Sindicato dos Ferrovários, no Além Linha, procurando-se formar uma comissão que deverá ir pessoalmente ao governo Franco Montoro reivindicar sua intercessão no problema. E para ela já estão sendo convidados o prefeito Flávio Chaves, os deputados e os vereadores da cidade. A FEPASA, no entanto, não quer mais o “Maylasky”, argumentando, que a missão da empresa é cuidar apenas de transportes”. (SECRETARIA , ..., 1985).

Até aquele momento a situação parecia irreversível, a escola deveria finalmente passar para a Secretaria de Estado da Educação, conforme versão do Sr. Rodolfo Bonamini, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Ferrovários da zona Sorocabana, inconformado com o desfecho que se daria, em seu depoimento para o jornal Diário de Sorocaba na mesma data:

Deve ser assinado hoje em São Paulo um convênio entre a FEPASA – Ferrovia Paulista S/A – e a Secretaria de Estado da Educação que atinge diretamente o instituto Educacional “Matheus Maylasky”, modelar escola de Sorocaba, reconhecida por toda a comunidade pelo elevado padrão de

ensino que é ministrado há anos aos seus alunos. A informação foi transmitida ontem pelo diretor do sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da zona Sorocabana, Rodolfo Bonamini, a diretora e ao corpo de professores do “Matheus Maylasky”, em reunião realizada no final da tarde naquela escola, para tratar especificamente da questão. Como já vinha sendo ventilado desde o mês passado, a FEPASA quer livra-se da manutenção do I.E. “Matheus Maylasky”, transmitindo a escola para a Secretaria de Estado da Educação através do convênio que deve ser assinado hoje. Entretanto, ninguém quer essa transferência entre aqueles que estão intimamente ligados à escola, considerando que com isso, o estabelecimento passará invariavelmente, a integrar a rede de escolas do Estado, dirigidas e controladas pela Secretaria da Educação. E isso, principalmente para os professores, significa diminuir o nível do ensino ministrado pelo “Maylasky” aos seus alunos. O problema não é de verba para a manutenção da escola. É que a FEPASA acha que não tem nada a ver com o ensino, que tem que se dedicar totalmente aos transportes, não vendo nenhuma relação entre suas finalidades e a manutenção de uma escola. Isso foi o que me disse ainda ontem em São Paulo o diretor adjunto da FEPASA, Antônio de Barros”. “Ele deixou bem claro que a FEPASA não quer mais a escola”. (FEPASA, ..., 1985).

Bonamini conclui o depoimento para o jornal acrescentando:

Nós do Sindicato dos Ferroviários, cuja classe sempre teve o estabelecimento para seus filhos, principalmente, não consegue entender essa decisão justamente num momento de abertura democrática que estamos vivendo, acentuou ele. “Nós vivemos 20 anos numa ditadura em que o governo fazia o que bem entendia e ninguém mexeu com o “Maylasky”. Agora um governo que se diz democrático, quer acabar com toda a tradição e estrutura de ensino que existe na escola. (FEPASA,..., 1985).

Os professores também registraram sua manifestação:

Nós vemos na imprensa que a própria Secretaria da Educação vive dizendo que tem falta de pessoal na sua rede de ensino. Se na sua própria rede a Secretaria não tem pessoal, o que ela quer é deixar também o “Maylasky” sem pessoal, piorando a situação da escola, que hoje é bastante confortável”. O Maylasky tem atualmente cerca de mil alunos, na maioria filhos de ferroviários. E a Associação de Pais e Mestres já se posicionou contra a transferência da escola para o Estado, preocupada com o nível de ensino: “os alunos saem da 4ª série do Maylasky e vão preparadíssimos para a rede do Estado. (FEPASA, ..., 1985).

O diretor do Sindicato dos Ferroviários, Rodolfo Bonamini, embora sabendo que está correndo contra o tempo, articulou uma grande movimentação com a comunidade, enfatizando que “a única coisa agora, capaz de salvar o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” da decadência permanente é uma grande

mobilização de toda a comunidade Sorocabana, envolvendo todos os políticos” (FEPASA,...,1985). Mesmo com o convênio devendo ser assinado no dia seguinte, ainda haveria tempo de tentar sensibilizar o governador Franco Montoro para que não aprovasse tal medida. Ainda nessa linha de defesa, afirmou: “Se a comunidade ficar quieta será o fim do Maylasky, a escola vai acabar, porque caindo o padrão de ensino já não haverá mais razões para a importância que ela representa atualmente para a cidade”. (FEPASA,...,1985).

Foi marcada para o dia 12/08/85, às 18 horas, uma concentração na subsede do Sindicato dos Ferroviários, no Além-Linha, para reunir todos os pais de alunos do “Maylasky”, a sua diretoria e professores, bem como as lideranças políticas da cidade que começaram a ser convidadas para o movimento, “cujo único objetivo era fazer com que Sorocaba não perdesse esse patrimônio que é o Maylasky”, segundo o diretor do sindicato. Toda essa mobilização foi destaque do jornal Diário de Sorocaba que publicou:

Professores, ferroviários ativos e inativos, além de pais de alunos, se reuniram ontem no Sindicato dos Ferroviários para se organizarem visando ao desfecho de um movimento contra a transferência do Instituto Educacional Matheus Maylasky para a Secretária do Estado da Educação. Amanhã haverá um novo encontro, para decidir pela formação de uma comissão que tentará manter contato com o presidente da FEPASA, Hermano Cintra, quando de sua estada na cidade na quinta-feira, ocasião em que participará da inauguração das obras de interligação entre as avenidas Marginal Dom Aguirre e Afonso Vergueiro. De acordo com o presidente do Sindicato, Rubens dos Santos Craveiro, todos devem se mobilizar para evitar essa transferência, que significará a decadência do Maylasky. A comissão deverá também tentar uma audiência com o governador Franco Montoro. (CÂMARA, ..., 1985).

No dia seguinte, o jornal Diário de Sorocaba registrou o seguinte:

[...] quer a família ferroviária que essa escola permaneça sob a orientação da própria FEPASA. A desculpa, esfarrapada por sinal, de que a ferrovia deve cuidar de transporte e não de escola, efetivamente não convence. A ferrovia tem, sim senhor, compromisso com a educação, uma vez que a educação se insere necessariamente no campo social e não pode dizer que uma instituição pública não tenha compromisso com o social. Os ferroviários têm o direito de exigir da FEPASA que continue a manter essa escola. Ela representou em tempos passados, o respeito a condição do ferroviário. Trata-se de um direito líquido e certo e o ideal seria mesmo que a FEPASA continuasse mantendo essa unidade escolar. (CÂMARA, ..., 1985).

No dia 15 de agosto de 1985, aniversário da cidade de Sorocaba, dentro das atividades comemorativas, estava programada a inauguração do acesso que liga as avenidas Dom Aguirre e Afonso Vergueiro. Haveria um palanque para as autoridades locais e a presença do governador Franco Montoro e do vice-governador Orestes Quércia. A comunidade do “Maylasky” que participou da solenidade aproveitou o momento mobilizando-se, apoiada pelo sindicato dos ferroviários, os professores, pais e alunos, com faixas e cartazes ao governador se digiram, reivindicando sua intercessão para não permitir a passagem da escola para a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado, e fazendo a entrega de uma carta ao governador com tal solicitação.

No palanque houve manifestação das autoridades presentes, o deputado sorocabano José Theodoro Mendes discursou sobre o assunto, alertando que “a escola é uma tradição ferroviária”. Flávio Chaves, o então prefeito, também destacou que “Sorocaba é uma cidade tradicionalmente ferroviária”, e o vice-governador, Orestes Quércia, disse que Montoro analisaria o assunto, porém o governador, sensibilizado com a situação, conversou ali mesmo no palanque com o secretário dos Transportes, Adriano Murgel Branco, e com o presidente da FEPASA, Sebastião Hermano Cintra, de forma que “o Maylasky continua com a FEPASA”, afirmando que essa era uma contribuição do governo nessa festa de aniversário da cidade de Sorocaba, conforme destacou o jornal Cruzeiro do Sul.

Houve repercussão, registrada pelos jornais da cidade, conforme segue: O jornal Cruzeiro do Sul publicou no dia 17/08/85, “Finalmente chegou ao fim o impasse e o Instituto Educacional Matheus Maylasky continuaria sob a responsabilidade da FEPASA”:

O Instituto Educacional Matheus Maylasky, tradicional em Sorocaba, por pertencer à história da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, não será mais passado para o Estado, devendo continuar sendo responsabilidade da FEPASA”. A decisão foi tomada pelo governador André Franco Montoro, na quinta-feira, durante as cerimônias de inauguração do acesso que liga as avenidas Dom Aguirre e Afonso Vergueiro. Diversos alunos do estabelecimento, com faixas e cartazes ao governador se digiram, reivindicando sua intercessão para não permitir a passagem da escola para a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado. O Deputado sorocabano José Theodoro Mendes discursou sobre este assunto, alertando que “a escola é uma tradição ferroviária”. Também o então prefeito, Flávio Chaves, destacou que “Sorocaba é uma cidade

tradicionalmente ferroviária” e o vice-governador Orestes Quércia disse que Montoro analisaria o assunto [...] O governador manifestou ter conversado ali mesmo no palanque com o secretário dos Transportes, Adriano Murgel Branco, com o presidente da FEPASA, Sebastião Hermano Cintra, de forma que “o Maylasky continua com a FEPASA”. Essa notícia fez com que alguns alunos até chegassem às lágrimas. Montoro destacou que aquela era “uma contribuição nossa nesta festa de aniversário Sorocabana. (MONTORO,..., 1985).

No dia seguinte, o jornal Cruzeiro do Sul publicou uma nota a respeito da decisão tomada pelo governador Franco Montoro:

A decisão tomada pelo governador Franco Montoro de manter o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” no âmbito da FEPASA foi inegavelmente correta. A escola tem com a ferrovia uma longa e forte ligação que não poderia ser rompida sem que daí resultasse, para os ferroviários e suas famílias, um forte sentimento de perda. São razões que não sensibilizam o tecnocrata mas que não podem ser ignoradas pelo político. (MAYLASKY ,...,1985).

O jornal Diário de Sorocaba também publicou em seu matutino, no dia 22/08/85:

O fim do impasse relacionado à transferência do Instituto Educacional “Matheus Maylasky” para a Secretaria da Educação, com a garantia dada pelo governador Franco Montoro, após uma grande mobilização da comunidade, de que nada mudará na modelar escola, marcou ontem a cerimônia realizada pela manhã pelos alunos e diretoria do estabelecimento em homenagem ao seu patrono. O acontecimento foi realizado defronte ao monumento Matheus Maylasky, na avenida perimetral Dr. Afonso Vergueiro, onde alunos e professores, além de autoridades da FEPASA e do Sindicato dos Ferroviários, se reuniram para o ato cívico que marcou o aniversário de nascimento do fundador da E.F. Sorocabana. (MAYLASKY,...,1985).

Os problemas pareciam estar resolvidos, havendo na ocasião uma solenidade, conforme registra o jornal Diário de Sorocaba, realizada na escola com o canto do Hino Nacional e o depósito de uma coroa de flores junto à estátua de “Maylasky”. A diretoria do Instituto Educacional “Matheus Maylasky” assim se manifestou:

Lembrou-se a importância da data pelo fato de ter sido resolvido o problema em que se achava mergulhada a escola, ameaçada de ser transferida para a Secretaria de Educação e tornar-se mais um estabelecimento da rede oficial de ensino, quando notoriamente o seu nível é muito mais elevado e

eficiente. Comentou-se a respeito dessa ameaça ter motivado “uma grande campanha dos sorocabanos preocupados com o nível de ensino do estabelecimento, procurando evitar que a FEPASA transferisse para o Estado a escola. (MAYLASKY,...,1985)

O presidente do Sindicato dos Ferroviários, Rubens dos Santos Craveiro, presente na cerimônia, lembrou a importância das pressões exercidas pelos sorocabanos em favor da escola, tendo destacado num breve histórico o início da luta pela preservação do “Maylasky”, quando descobriu que o convênio já estava minutado na FEPASA e prestes a ser assinado com a Secretaria da Educação. Uma das primeiras medidas que tomou foi ir pessoalmente denunciar o fato à direção da Escola, tendo início aí a campanha pela sua preservação, a fim de assegurar o padrão de ensino, evitando a degeneração do estabelecimento.

Na ocasião, o próprio Craveiro foi homenageado pelos alunos da escola, com uma medalha de “Honra ao Mérito”, com a inscrição: “pela atuante e brilhante participação dessa entidade na luta pela permanência do “Maylasky” na FEPASA” (MAYLASKY,...,1985).

Resolvido o impasse e solucionados os problemas, a escola seguiu seu destino dentro da sua proposta, com a ativa e intensa participação da comunidade, representada pela Associação de Pais e Mestres e que mantinha a gestão direta da escola.

Segundo a professora Beatriz Elaine Picini Magagna:

O Instituto Educacional “Matheus Maylasky” em 10 de dezembro de 1987 iniciou-se a instalação do curso supletivo de primeiro grau. Na oportunidade, segundo suas informações, estiveram presentes o presidente da FEPASA, Antônio Carlos Rios Corral, o diretor adjunto da empresa, Benedito Ribeiro, o prefeito Paulo Mendes e seu secretariado. Mesmo alegando desconhecer os detalhes do convênio, Beatriz afirmou que a FEPASA entraria com o prédio e a Prefeitura com os funcionários (professores, pessoal de administração e limpeza) do curso supletivo que funcionaria no período noturno com capacidade para atender cerca de 490 alunos, distribuídos entre as quatorze salas disponíveis. (Beatriz Magagna, 2016).

A escola continuou se expandindo e em 1989 foi inaugurada a Pré-escola:

O Instituto Educacional “Matheus Maylasky” estará inaugurando o prédio de sua Pré -Escola no dia 21 de agosto, segunda-feira, em que se comemora o aniversário de Luiz Matheus Maylasky, patrono da escola. Conforme informou a diretora da escola, Beatriz Elaine Magagna, o evento se dará às 17h30 (MATHEUS MAYLASKY,..., 1989).

4.3.1 Depoimentos que retratam o sentimento de alguns envolvidos neste período.

Referente a esse período considerado estável, registra-se o depoimento de alguns membros da comunidade que vivenciaram, na época, o cotidiano escolar, bem como a convivência da comunidade com a escola, para dar luz a esta pesquisa e confirmar os fatos levantados, conforme segue: Depoimento obtido com o prof. João José Sampaio, em 23/11/2016, que trabalhou no IEMM como professor de História entre 1986 a 1995:

Foi a melhor escola que trabalhei em minha vida, pela forma como era organizada e conduzida, e pela própria característica da escola, que foi criada para atender especificamente filhos e parentes dos ferroviários.

Não vivenciei a crise de 1985, pois entrei após e o problema já estava superado. Entrei por concurso concorrendo com muitos candidatos, inclusive me inscrevi no último dia, ficando entre os dez finalistas, fui escolhido e permaneci na escola até a sua municipalização.

Com relação à participação da comunidade e dos pais, eram muito presentes, tanto no que se refere ao cuidado com a escola, como em relação à educação dos seus filhos e respeito aos professores. Como os pais eram os ferroviários, muitas das manutenções e preservação eram desenvolvidos pelos próprios pais que em conjunto com a APM procuravam ajudar de todas as formas a escola. As festas para arrecadar recursos envolviam os pais e professores que se movimentavam para que fosse cada vez melhor e alcançasse os melhores resultados.

Festa junina, festa da primavera e outras atividades eram muito intensa e com muita união e participação. Raramente havia algum incidente nestes momentos que exigia alguma ação mais enérgica. A fanfarra da escola era uma referência nos momentos cívicos e o uniforme era perfeito e adequado à história da ferrovia, muito bem ensaiada e organizada acabava nos momentos de desfiles auxiliando outras escolas que não possuíam tal recurso. Os tempos nesse período eram muito bom, pois os alunos valorizavam e amavam a escola.

Quando iniciou o processo de municipalização em 1995, foi um momento de muito sofrimento e ansiedade, mas devida a transferência da FEPASA para a iniciativa privada não havia mais o que fazer e ninguém sabia muito bem o que iria acontecer. Alguns professores chegaram até a cogitar a compra de um terreno e criar uma nova escola, mas a ideia não vingou.

Decidiu-se então fazer um plebiscito para escolher o rumo da escola, já que a mesma não pertenceria mais à FEPASA, em função da privatização. Em meio a muita tensão, desgaste, discussão e desconfiança a maioria dos pais optaram pela municipalização. Os professores foram chamados para acordo com a FEPASA que deu alguns “bônus” para compensar a todos. Foi o fim do IEMM como escola da ferrovia, passando a pertencer ao Município de Sorocaba. (João Sampaio, 2016).

Conversou-se também com o Sr. Edison Bonani, secretário da escola no período de 1978 a 1979 e de 1984 até 1996, no dia 06/12/2016. Este depoimento foi

muito interessante do ponto de vista da confirmação de fatos levantados durante a pesquisa sobre a comunidade da escola, conforme segue em seu depoimento:

A comunidade dos pais, ferroviários, eram extremamente participativos na manutenção e preservação da escola, pois a FEPASA não dava a atenção devida ou demorava muito para atender, então qualquer problema que surgisse, imediatamente se locomoviam até a escola dentro ou forma do expediente a fim de efetuar reparos, manutenção ou melhorias, via APM ou a pedido da direção. Os próprios chefes de setores designavam os pais ferroviários para irem até a escola providenciarem manutenção elétrica, hidráulica, pintura, limpeza, sendo que os mesmos iam de bom grado porque seus filhos ou parentes estavam ali.

Haviam alguns comentários de fora sobre a entrada de qualquer aluno na escola, mas isso não ocorria, porque o princípio era, filhos ou parentes pela ordem: filhos, netos e sobrinhos, sendo responsável sendo responsável por essa análise mediante hollerit ou outro documento.

Como a escola precisava sempre de recursos financeiros e nem sempre contavam com a FEPASA, eram realizadas festas para levantar fundos e todos trabalhavam orientados pela Direção e pela APM. Os pais faziam questão não só de participar, mas “colocar a mão na massa”, organizando, vendendo os convites e atendendo no dia. Consideravam uma “grande família”, onde todos se ajudavam para dar o melhor na escola e para seus filhos, professores e funcionários. Quando iniciou o processo de municipalização, primeiro discutiu-se a possibilidade da comunidade (pais, professores e funcionários) assumir a escola, sendo inclusive tratado com a Fundação Dom Aguirre utilizar o mesmo sistema de ensino. Porém, na votação (plebiscito), a maioria dos pais optaram pela municipalização do IEMM, que ocorreu em 1996. (Edison Bonani, 2016).

Manteve-se contato com alguns alunos que estudaram nessa época, para entender qual era o sentimento e a percepção deles quanto ao ambiente escolar e ao envolvimento da comunidade. Pelos depoimentos transcritos abaixo, pode-se sentir, além do saudosismo, uma forte emoção em cada um e o carinho que tinham e que ainda têm pela escola, como no caso de uma ex-aluna que conta que mantém o vínculo por meio de encontro anual e de muitas recordações.

Depoimento do ex-aluno Octávio Neiva Christofano, mais conhecido como China, que estudou no período de 1988 a 1993, dado em 05/12/2016:

Foi a melhor fase da minha vida o período em que estudei no IEMM, pois a integração entre todos era muito intensa, sendo que minha mãe era ativa na APM e ajudava nas atividades da escola. Como aluno, gostava muito, jogava vôlei pela escola sendo em 1992 campeão contra a escola Objetivo, com uma festa enorme no Ginásio Municipal de Esportes de Sorocaba, tendo a participação da fanfarra do IEMM e o prestígio e a alegria dos pais e da comunidade da escola que estiveram presentes e vibrando pelos filhos.

No ano seguinte (1993), fomos campeões novamente contra o mesmo Objetivo, tornando-se bicampeões na modalidade, sempre integrados com a participação dos pais, professores e funcionários.

As festas realizadas na escola eram muito boas e tinham como propósito arrecadar fundos para a escola e a maioria dos pais não só participavam, mas também ajudavam durante todo acontecimento, desde a organização e durante o evento até o final. (Chistofano, 2016).

Depoimento da ex-aluna Daniela Aparecida Silva, em 08/12/2016, que, apesar de não lembrar exatamente o ano de ingresso, conta que entrou na escola no pré-primário e saiu em 1992.

A escola era muito apaixonante pela forma que era o ambiente, como se fosse uma família. Sendo muito nova, não me lembro de muitos fatos relacionados à participação dos pais, embora sabia que eles participavam com arrecadações quando era preciso para contribuir na escola. Eu era neta de ferroviário. Me sinto frustrada, porque gostava demais do ambiente da escola e tive que sair antes de concluir a oitava série para outra escola a fim de poder cursar o magistério na época. Eu lembro, sim, de alguns funcionários que eram muitos carinhosos e atenciosos com os alunos. Me lembro até da dentista que cuidava dos alunos e tinha um jeito próprio para tirar o medo dos alunos quando tinham que tratar dos dentes. (Daniela Silva, 2016).

Depoimento da ex-aluna Maria Cassiane de Souza, sobrinha de ferroviário, coletado em 09/12/2016, que manteve o mesmo discurso observado com os demais entrevistados:

Considero o melhor período da minha vida e a melhor escola, pois estudei em outras também, pela maneira como era conduzida, pela intensa participação dos pais na APM, na manutenção e no trabalho para levantar fundos para a escola que nem sempre contava com o apoio da FEPASA. Os pais ajudavam nas festas como: mis-ferroviária e mis-primavera, buscando levantar os recursos necessários. A nossa fanfarra era considerada a melhor da cidade e ganhava todos os concursos. A concorrente mais forte era a escola Getúlio Vargas, mas nunca ganhavam. Os pais ajudavam na manutenção e no conserto dos equipamentos da fanfarra, bem como dos uniformes que eram impecáveis. A fanfarra da escola foi contemplada com muitos prêmios. O ambiente era de muito respeito e carinho entre alunos, professores e funcionários. Ainda hoje mantém-se o grupo de egressos se reunindo anualmente com muita festa e confraternização. (Cassiane de Souza, 2016).

A escola manteve-se estável em sua gestão aproximadamente por mais cinco anos, quando ocorreu o terceiro momento, uma nova crise que culminou com a sua municipalização, a qual chamaremos neste trabalho de “A crise de 1995”.

O Instituto Educacional “Matheus Maylasky” seguiu sua caminhada sob a responsabilidade da FEPASA, no entanto, os rumores de uma possível privatização da Companhia eram cada vez mais iminentes, pois a mesma não se encontrava em

boas condições financeiras desde a unificação¹³. Embora a FEPASA se esforçasse por cumprir tal programa, não conseguiu reverter o processo de deterioração que atingiu o sistema ferroviário, e qualquer mudança afetaria diretamente a permanência da escola.

4.4 Episódios relevantes ocorridos a partir de 1995

Mário Covas¹⁴, governador do Estado de São Paulo na época, tinha como meta de seu governo a privatização das empresas estatais, o que incluía a FEPASA.

Ao longo da década de noventa, toda a rede ferroviária brasileira é privatizada. Com a promessa de modernização do sistema viário, as novas concessionárias executam melhorias em alguns dos trechos sob sua responsabilidade. A partir de 1998, as linhas paulistas passam a ser administradas por um consórcio particular, que vem reaparelhando os ramais que apresentam maior potencial lucrativo. Porém, o que se observa até o momento, é a repetição de situações já vividas ao longo do século vinte, pois não há preocupação com a criação de uma verdadeira malha viária intermodal em que, além do completo reaparelhamento do sistema ferroviário, fosse prevista sua efetiva conexão com os meios de transportes rodoviário e fluvial. Situação grave atinge também os imóveis das primitivas empresas férreas, pois muitos deles, por sua importância e representatividade, passaram a ter reconhecido seu valor histórico e cultural; porém, ao serem dissociados das linhas para as quais foram feitos e por perderam sua função original (recebendo novos usos, muitas vezes, inadequados ou insuficientes para garantir sua preservação), tornam-se edifícios comuns, perdidos no meio urbano, sujeitos ao abandono e ao desaparecimento. Da Sorocabana restam hoje trechos de trilhos, algumas edificações espalhadas nas cidades por onde ela passou, fotografias e documentos. Sua história ou, parafraseando o escritor Pedro Nava, na imaginação daqueles que, mesmo sem nunca ter andado de trem, emprestam as lembranças que lhe chegam: prolongadas, límpidas e flagrantemente, como um fato presente. (SOUKEF JR, 2001, p.67).

Com a privatização, como já se esperava, a escola seria efetivamente prejudicada, pois a nova administração não teria nenhum interesse em manter a escola sob sua responsabilidade. Diante do novo contexto, cogitava-se a ideia do

13 Em 1971, ano em que completaria cem anos, a Sorocabana e as demais ferrovias paulistas foram unificadas passando a constituir a FEPASA, Ferrovias Paulista S/A. Após uma avaliação geral das linhas, estabeleceu-se um plano de investimentos que previa recuperar as vias e concluir as obras em andamento. (FERRAZ, 2005, p. 112).

14 Mário Covas foi governador do Estado de São Paulo por dois mandatos: no período de 1995 a 1998 e 1999 a 2001 quando se afastou por motivo de doença, vindo a falecer em 06/03/2001.

Instituto Educacional “Matheus Maylasky” ser transformado em forma de cooperativa, porém essa proposta não agradava aos pais.

Segundo a professora Beatriz Magagna, diretora da escola na época, recordando fatos significativos daquele momento crítico da história do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, comenta:

O Presidente na época era o Sr. Renato Casali Pavan e a nova diretoria à qual estávamos subordinadas era o Sr. Luiz Leite. Este tinha como missão passar a escola do desencargo da FEPASA. A princípio, pensou-se no sistema de cooperativa o que não foi aceito pelos pais caso fosse necessário pagar a mensalidade. Dentro da APM da escola, alguns pais militantes do Partido dos Trabalhadores foram contra a ideia de cooperativa. Então começou uma discussão entre os pais, para viabilizar a escola como cooperativa ou que fosse municipalizada. Foram realizadas sessões na Câmara e tudo foi registrado em ata. Nas sessões, solicitada pela APM, muitos pais de alunos e professores representantes da comunidade compareceram para dar sua contribuição. (Beatriz Magagna, 2016)

Em 26/02/1995, foi realizada reunião da APM para tratar do assunto.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, às dezoito horas em uma das salas de aula do IEMM, realizou-se a reunião extraordinária da APM, para tratar entre outros assuntos o primeiro item da pauta- Explanado para os professores e diretoria da APM sobre a proposta feita pelo coordenador da equipe de gestão da FEPASA, nomeado pelo presidente da FEPASA, na qual foi explicado da intenção da empresa em pedir um estudo sobre o funcionamento de uma Cooperativa de Ensino. (MATHEUS MAYLASKY, 1995, p.59).

O jornal Diário de Sorocaba registrou o momento crítico com o depoimento da diretora da escola e da gerente do Departamento de Benefícios de Educação da FEPASA, na época:

O Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, escola de 1º grau mantida e administrada pela FEPASA (Ferrovia Paulista S/A) pode ser transformado numa cooperativa. A informação foi obtida ontem com a diretora da escola, Beatriz Elaine, e com a gerente do Departamento de Benefícios de Educação da FEPASA, Neire Andrade de Paula. (MATHEUS MAYLASKY,..., 1995).

Os pais se reuniram para uma tomada de posição, apelando às autoridades e à classe política e argumentando que a escola tinha tradição de quase quarenta anos em Sorocaba, colocando-se entre as melhores da região em termos de ensino;

sendo assim, não aceitavam mudanças que prejudicassem as conquistas alcançadas para o IEMM.

A comunidade “maylaskiana” recebeu apoio dos vereadores, que se mobilizaram com a apresentação de dois requerimentos que tratavam do assunto, sendo aprovados pela Câmara Municipal de Sorocaba. Um deles, de autoria do vereador José Francisco Martinez (PSDB), solicitava informações do prefeito Paulo Mendes¹⁵ sobre a possibilidade de municipalização do “Maylasky”. O outro, do vereador Horácio Blazeck (PDT), pedia a constituição de uma comissão de vereadores para acompanhar o caso, pois os vereadores apresentavam preocupação com o possível fechamento da escola, a respeito do qual se pronunciou Neire Andrade, funcionária da FEPASA em entrevista para o jornal Diário de Sorocaba, embora a mesma tenha descartado essa possibilidade em seu pronunciamento para o jornal:

Neire Andrade afirmou que não existe nenhuma possibilidade da escola ser desativada. “Nossa diretoria é muito responsável e em momento algum se falou em fechar a escola, principalmente no meio de um ano letivo”, disse Neire. Ela explicou que foi proposta pela diretoria da escola a elaboração de um estudo, que deve ser feito por funcionários, professores e pais de alunos, para buscar alternativas para o futuro da instituição. Disse ainda que o estudo deve ter como prioridade os alunos da escola. Uma das propostas a ser estudada é a transformação do “Maylasky” numa cooperativa que pudesse ser integrada por pais de alunos e professores. Neire diz que não tem conhecimento da proposta de municipalização da escola, mas, comenta, se Prefeitura de Sorocaba entrar em contato com a FEPASA, a proposta pode ser estudada. Neire fez questão de deixar claro que no momento não há nada definido. “Estamos em estágio de estudo e tudo o que for falado agora pode ser precipitado”, disse. Ela também informou que a Presidência da FEPASA está buscando uma reorganização da empresa. (MATHEUS MAYLASKY , ..., 1995).

A diretora da escola, professora Beatriz Magagna, ratificou a informação da Sra. Neire, afirmando que:

A FEPASA nunca falou em fechar a escola. “A intenção da FEPASA é fazer o melhor para todos, funcionários e alunos”. Atualmente a escola contempla filhos e netos de funcionários da FEPASA estudam no “Maylasky”. O “Matheus Maylasky” tem atualmente 56 funcionários (incluindo os

¹⁵Paulo Mendes- Prefeito de Sorocaba no período de 1993 a 1996.

professores) e atende a mil alunos matriculados do pré até a 8ª série do 1º grau. (MATHEUS MAYLASKY, 1995).

Além da manifestação da Câmara Municipal mediante os requerimentos encaminhados ao prefeito, o então Deputado Federal Antônio Carlos Pannunzio¹⁶, encaminhou uma carta ao presidente da FEPASA, registrada pelo Diário de Sorocaba:

Em função da notícia referente ao propósito da direção da Fepasa de não estar mais interessada em manter o Instituto, que sustentava uma tradição de quase 45 anos de ensino de qualidade, o Deputado federal Antônio Carlos Pannunzio (PSDB), encaminhou ontem carta ao diretor-presidente da Fepasa, engenheiro Renato Casali Pavan, solicitando “um carinho especial” no encaminhamento dos estudos que darão novo destino ao Instituto Educacional “Luiz Matheus Maylasky”, mantido por aquela ferrovia em Sorocaba, argumentando que a notícia vinha causando “mal estar na classe ferroviária”, lembrando que a escola “tinha um sentido todo especial para Sorocaba, pois aqui foi a sede da grande epopéia de construção da Estrada de Ferro Sorocabana” (MATHEUS MAYLASKY, ..., 1995).

Sobre este momento, a professora Beatriz Magagna nos conta em entrevista:

Fui procurada pelo Secretário da Fundação Dom Aguirre, Geraldo Casagrande, que também fez a proposta de aceitar o Maylasky, uma vez que a FEPASA estava dando o prédio em comodato por 30 anos. Houve a proposta da Fundação que previa manter os filhos de funcionários. Seria uma escola particular, só que os filhos de funcionários continuariam estudando gratuitamente. Todos os alunos que lá estavam continuariam estudando normalmente, bem como, todos os filhos de funcionários que entrassem. A proposta se estendia aos professores e funcionários que seriam mantidos pela Fundação Dom Aguirre (Beatriz Magagna, 2016).

Ou seja, a preocupação com a sobrevivência da escola, diante da privatização da Companhia pelo governo do Estado, ia além do movimento interno da escola junto a sua comunidade, despertando o interesse em outros segmentos na proposta de uma solução para sua continuidade, dada a importância desse patrimônio para a cidade de Sorocaba, conforme afirma Magagna:

No entanto, essa proposta não fez parte do processo, pois a própria Fundação Dom Aguirre, percebendo que havia interesse numa possível municipalização da escola, optou por se retirar evitando assim conflitos políticos. (Beatriz Magagna, 2016).

16 Antônio Carlos Pannunzio - Deputado Federal por quatro mandatos consecutivos, de 1995 a 2006.

Segundo registros encontrados no Livro ATA, em 1995:

Realizou-se uma reunião extraordinária contando com a participação dos professores e diretores da APM, para a discussão da proposta feita à Sra. Diretora do IEMM, professora Beatriz Elaine Piccini Magagna, pelo professor Aldo Vanucci, Reitor da Universidade de Sorocaba, o qual tomou conhecimento através dos jornais, da situação pela qual passava a escola, que diziam estar fechando, propôs então, manter todos os alunos gratuitamente até a oitava série; contratar todos os professores e funcionários, alegando não ser justo uma escola de renome como o IEMM, findar suas atividades, em troca queriam negociar o prédio em comodato com a empresa. (MATHEUS MAYLASKY, 1995, p.60).

Na época, segundo a professora. Beatriz Magagna, foi criada uma Associação dos Professores do “Maylasky” para dar força ao movimento, que realizou um estudo a respeito de quanto ficaria por aluno para manter a cooperativa, chegando num “valor estimado em torno de R\$ 40,00 por aluno, no caso dela se tornar cooperativa”, o que foi confirmado no registro da ata de 1995 (MATHEUS MAYLASKY, 1995, p. 62).

Ao final de 1995, a tensão era muito grande junto à comunidade da escola, envolvendo todos os seus representantes, de um lado os pais pressionavam, pois não sabiam se teriam escola no ano seguinte para seus filhos, e do outro, o corpo docente não sabia se teria emprego ou seria demitido. Diante do impasse, e a comunidade ciente que a situação era irreversível, pois a privatização não permitiria que o Instituto fosse mantido pela ferrovia sob a nova direção, decidiu-se pela realização de um plebiscito com duas propostas de gestão na escola: Cooperativa ou Municipalização?

A professora Beatriz Magagna comentou em entrevista esse momento que foi conduzido por ela, como diretora da escola na época:

O plebiscito ocorreu no dia 07 de novembro de 1995 na própria escola, destinada a toda comunidade local, em seguida, realizou-se a apuração dos votos e foi redigida uma ata com a decisão dos pais, inclusive com a presença da vereadora Iara Bernardi neste dia. A apuração obteve 427 votos a favor da Municipalização e 42 a favor da Cooperativa. O resultado foi protocolado para todos os políticos que estavam comprometidos com a causa do Maylasky. Inclusive nesta ata eu me lembro de ter colocado que era um desejo também da maioria dos professores e funcionários permanecerem, mas infelizmente não foi isso que aconteceu. (Beatriz Magagna, 2016).

A escola continuava a sua trajetória diária sob o cuidado da comunidade, agora apreensiva e acompanhando a movimentação política sobre o futuro da escola, pois as autoridades municipais já haviam recebido o resultado do plebiscito sobre a decisão dos pais e, de certa forma, cobravam a urgência no processo para que a escola pudesse funcionar normalmente no ano seguinte.

Com a decisão do plebiscito pela maioria dos pais optando pela municipalização da escola, o documento foi encaminhado ao então prefeito de Sorocaba, Dr. Paulo Mendes, que concedeu uma entrevista em 28/04/16, explicando toda a mobilização política para que o município atendesse a demanda dos pais e da comunidade junto à escola, dentro dos trâmites e parâmetros considerados legais:

Eu recebi naquela ocasião a visita de dois diretores da antiga FEPASA, me comunicando que, em decorrência de um processo de privatização da Ferrovia, uma das consequências dessa privatização, seria a desativação do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”. Como aquilo fazia parte da vida da cidade há muito tempo, já se constituindo quase que um patrimônio cultural do município, ninguém em sã consciência poderia aceitar a desativação pura e simples de um Instituto de Educação, que naquela ocasião, 1995, contava com 1.300 estudantes. Era realmente alguma coisa que traria um desdobramento desagradável além da perda do nível de ensino que sempre foi administrado. Então eu sentei com meu secretário de Educação, Professor Bramante, que na época era meu secretário da área de Educação, e nós discutimos muito durante algumas semanas esta possibilidade, levantamos todas as alternativas visando não permitir a extinção do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”. Não permitir de forma alguma a desativação da escola. (Paulo Mendes, 2016).

Conforme relatou, o Dr. Paulo Mendes foi então a São Paulo conversar com Dr. Renato Pavan, presidente da FEPASA na época, para buscar algumas informações sobre o tempo a ser demandado, se iria demorar muito, se seria rápida a desativação, se não haveria realmente nenhuma alternativa para manter a escola:

Ele disse-me que não havia nenhuma outra possibilidade da ferrovia continuar com a manutenção dos cursos da escola em si, e que ele mantinha a proposta no sentido de fazer um contrato de comodato. Ceder as dependências, o espaço físico, ceder aquele patrimônio para que a prefeitura, municipalizando o colégio, pudesse continuar. (Paulo Mendes, 2016).

Embora o tempo fosse restrito havia a necessidade, naquele momento, de se estabelecer um período de transição dos recursos humanos, do pessoal que era da FEPASA e que passaria a ser do município. Havia uma série de problemas de

ordem jurídica e de ordem funcional para que a prefeitura pudesse assumir tudo aquilo, conforme seu relato:

Nós ficamos de três a quatro meses fazendo isso até que eu decidi optar pela municipalização. Conversei com as bancadas dos diversos partidos, fiz reuniões com os vereadores e trabalhei para conseguir o apoio da imprensa de Sorocaba, enfatizando a prioridade que o assunto representava, justificando essa atitude para não permitir que a escola fosse extinta no município. (Paulo Mendes, 2016).

Durante a entrevista, o ex-prefeito, Dr. Paulo Mendes, fez questão de ressaltar um aspecto sobre a sua decisão:

Eu quero ressaltar esse fato que, quando anunciamos que mandaríamos o projeto à Câmara, pedindo autorização para celebrar esse convênio com a FEPASA, assumindo a responsabilidade e o ônus pela escola que seria mais uma escola municipal (nós já tínhamos o Getúlio Vargas o Achilles de Almeida, Flávio Nogueira e outras) esta seria então mais uma a se integrar no conjunto de unidades municipais de ensino, inclusive assumindo o compromisso com os ferroviários, no sentido de priorizar o atendimento aos filhos de ferroviários. Foi um trabalho muito minucioso e criterioso e acima de tudo buscando fazer justiça e impedir que uma escola desse gabarito e com o perfil que ela sempre teve desaparecesse simplesmente de um ano para outro, porque entre outras circunstâncias a ferrovia estava sendo privatizada. Negociada com grupos particulares, passou para a Ferrobán, foi para a Rede Ferroviária Federal, agora é do Brasil Ferrovias. Ela saiu da esfera do poder público e passou a ser uma empresa privada. Antes que isso acontecesse, e antes que o Instituto fosse desativado, nós assumimos uma postura de preservação. (Paulo Mendes, 2016).

O ex-prefeito argumentou na entrevista que tinha convicção que uma possível estadualização não seria boa para o município, para a comunidade e a perda que representaria em termos de patrimônio histórico:

Não era realmente plano do governo encampar aquilo, assumir a escola, e nós percebemos com muita nitidez o altíssimo risco de confiar que um dia o Estado fosse capaz. Caso isso fosse possível, seria numa etapa muito mais adiante e aí o local estaria desativado estaria já completamente fora de cogitação. O Estado poderia dizer que já estava fazendo com outras escolas como já vinha dizendo. Então, nós achamos o seguinte: pra manter o “Matheus Maylasky” nós temos que assumir, e assumindo da melhor maneira possível sem que essa transição para o município represente perda para os alunos, professores e comunidade. Então foi uma medida muito acertada e eu fico feliz de ver vinte anos depois que essa medida foi acertada porque veio de encontro a aspiração do momento. (Paulo Mendes, 2016).

Para o Dr. Paulo Mendes, o importante era não perder o que representava a escola para o município:

A municipalização do “Matheus Maylasky” foi uma iniciativa para não perder aquela escola que continha razões muito fortes para ser preservada pelo município, seja do ponto de vista cultural, social e principalmente em função do seu perfil didático peculiar. A municipalização

do “Matheus Maylasky” ocorreu três anos antes da municipalização das demais escolas sorocabanas e guardou peculiaridades em vários aspectos como por exemplo: a questão patrimonial, a questão do comodato, o contrato com a ferrovia, o direito dos filhos de ferroviários. O Instituto “Matheus Maylasky” passou a ser uma escola naquela ocasião como as escolas municipais que já existiam. Passou a ser realmente uma escola municipal com o comando da prefeitura. As outras escolas que foram municipalizadas três anos depois guardaram outros parâmetros, pois seguiram uma lei estadual que era pra todos. (Paulo Mendes, 2016).

Ocorreram várias discussões sobre a forma da municipalização da escola entre a FEPASA e a Prefeitura, fato esse registrado pelo jornal Cruzeiro do Sul na época:

A Prefeitura e a FEPASA estudam um acordo sobre a municipalização da escola “Matheus Maylasky”. Na manhã de ontem, o prefeito Paulo Mendes transmitiu ao diretor administrativo da FEPASA, Luiz Christiano Leite a minuta do projeto de lei que será enviado à Câmara Municipal definindo a transferência da escola para a administração municipal. Participam também do encontro, que aconteceu no gabinete do prefeito, os deputados estaduais Renato Amary (PSDB) e Hamilton Pereira (PT), e o secretário municipal dos Negócios Jurídicos, Vicente Oliveira Rosa. A minuta será examinada agora pelo presidente da Fepasa, Renato Casali Pavan, e uma vez aprovado será transformada em projeto de lei e enviada à Câmara; onde Paulo Mendes espera que o mesmo seja aprovado até no máximo o dia 5 de março. A escola passará a se chamar “Escola Municipal de 1º Grau e de Ensino Supletivo “Matheus Maylasky”. O convênio firmado prevê a cessão do estabelecimento de ensino sob a forma de comodato oneroso por 30 anos, renovável por igual período. (PAÇO E FEPASA, ..., 1996).

Durante o processo de transição da escola, passando sua administração da FEPASA para a Prefeitura, ficou acordado que a FEPASA cederia os professores até que a municipalização se concretizasse. Após isto acontecer, os professores poderiam, se assim desejassem, prestar concurso para integrarem o funcionalismo público municipal. No projeto de lei constava que ficariam garantidas as vagas para os filhos de funcionários da FEPASA, independentemente do número de vagas disponíveis. Esta era uma reivindicação da comunidade, pleiteada pela diretora na época, professora Beatriz Magagna, conforme nos relata durante sua entrevista:

Mas é importante ressaltar que no dia da assinatura do convênio FEPASA e Prefeitura o documento, por insistência nossa manteve-se 50% das vagas para filhos de funcionários – sem sorteio. (Beatriz Magagna, 2016).

Também durante este período seria formado um conselho consultivo, composto por membros indicados pela prefeitura, câmara municipal e representantes da escola, que acompanharia o processo de mudança pedagógica. O projeto de lei foi encaminhado à Câmara Municipal, e o então prefeito acreditava que os vereadores agilizariam o processo, pois se tratava de um tema de grande envergadura para a comunidade e o município:

O poder público não poderia ficar omissos diante de um fato de tão grande relevância para a cidade no campo da Educação. Sorocaba não poderia assistir à desativação de um patrimônio cultural da expressão da escola Matheus Maylasky, ele declarou (Paulo Mendes, 2016).

Conforme registrou o jornal Cruzeiro do Sul em 15/02/96, a Câmara Municipal debateu projetos de lei que favoreceram a municipalização da escola:

A municipalização do Instituto Educacional “Matheus Maylasky”, da FEPASA, já tem data para ser discutida pela Câmara Municipal. Projeto de lei neste sentido, de autoria do Executivo, será apreciado pelos vereadores no próximo dia 22, garante o presidente da Casa, Valter José Nunes de Campos (PDT). Como a manutenção da escola é importante para Sorocaba antes que ocorra a federalização da FEPASA, é intenção de Valter José apreciar o projeto também em segunda discussão neste dia, em sessão extraordinária. A medida será resolvida após reunião que o presidente manterá com a Mesa Diretora ainda esta semana. “Tanto os vereadores como também o prefeito Paulo Mendes têm pressa em resolver esse assunto, antes que a administração da FEPASA passe para a União”, comentou. (CÂMARA , ..., 1996).

O prefeito solicitou autorização à Câmara para que a Prefeitura celebrasse contrato de comodato por trinta anos, renovável por mais trinta, e convênio com a FEPASA visando à municipalização da escola. Passando a escola para o município, ela seria denominada em “Escola Municipal de Primeiro Grau e Supletivo “Matheus Maylasky””, como ficou acordado com a FEPASA.

Quanto aos filhos de empregados da FEPASA, Paulo Mendes destacou no projeto a garantia do direito de matrículas, independente de vagas. Ainda no projeto, ficaria acertado com a FEPASA que, para auxiliar na administração e ensino da escola, seria formado um Conselho Consultivo que seria composto por membros da Prefeitura, Câmara e FEPASA. “A municipalização estava quase se realizando”.

Matéria no jornal Cruzeiro do Sul da época comentou a iniciativa do prefeito:

Pareceu-nos acertada, a iniciativa do prefeito Paulo Mendes, quando propôs a municipalização do estabelecimento. [...] o Maylasky é o repositório de uma experiência pedagógica, ainda não suficientemente avaliada, mas que deve, de toda maneira, ser preservado de uma extinção inglória. (CÂMARA, ..., 1996).

Havia a necessidade de que o projeto tramitasse com bastante rapidez e, sendo convertido em lei, viabilizasse as providências administrativas para que garantisse a continuidade da escola, integrada à rede de ensino do município, dentro do prazo determinado pelo calendário escolar, sem prejuízo aos alunos matriculados na escola.

Sobre este processo, Dr. Paulo Mendes argumentou:

Graças a Deus o processo foi perfeito, nós conseguimos celebrar esse acordo, a Câmara aprovou, a transição tranquila, pacífica. Isso faz vinte anos que aconteceu e hoje nós continuamos com a escola, que continua como uma das melhores de Sorocaba, com quase dois mil alunos. (Paulo Mendes, 2016).

Sob o aspecto social dessa decisão, o empenho foi de grande valia, priorizando o aspecto cultural, conforme ressaltou na entrevista:

Nós conseguimos proteger alguma coisa muito importante na vida de Sorocaba, ligada à área de Educação e que iria desaparecer de uma hora para outra. Nós nos movimentamos e tivemos apoio muito grande da imprensa e da comunidade que apoiou decisivamente nossa iniciativa, conjuntamente com a FEPASA que concordou conosco nos termos que colocamos. (Paulo Mendes, 2016).

Finalmente, em 21 de fevereiro de 1996, o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” foi municipalizado, passando das mãos da FEPASA para o município de Sorocaba, conforme registro no jornal Cruzeiro do Sul em sua edição no dia seguinte:

Após um ano de batalha, finalmente o Instituto Educacional “Matheus Maylasky” é de Sorocaba. Os vereadores aprovaram por unanimidade ontem, em primeira e definitiva discussão, o projeto de lei em substituição ao do prefeito Paulo Mendes – que municipaliza o estabelecimento, garante o emprego do corpo docente da escola por um ano e direito de matrícula a filhos de ferroviários. (PROJETO,..., 1996).

A Prefeitura teve até abril de 1996 para regulamentar a lei, ou seja, solucionar problemas de atribuições de classes e aulas, sorteio de vagas remanescentes,

quadro curricular e política didático-pedagógica, mantendo os professores durante o ano letivo de 1996, para não prejudicar os alunos. As contratações temporárias desses profissionais foram válidas durante todo o ano. Para auxiliar na administração e ensino da escola, ficou definido no projeto a formação de um Conselho Consultivo, composto por membros da prefeitura, Câmara e FEPASA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi pesquisar a participação e envolvimento da comunidade local representada pelos pais, professores e funcionários do Instituto Educacional "Matheus Maylasky", destacando seu envolvimento e cumplicidade na manutenção e sustentabilidade da escola, dentro dos princípios que determinaram sua criação pela Estrada de Ferro Sorocaba (EFS) em 1952.

Procurou-se compreender a proporção dessa participação da comunidade e o porquê do envolvimento entre o período de 1972 a 1996, a fim de responder as seguintes questões: Quando e por que a comunidade decide se organizar em defesa de seus interesses?; Como foi a participação da comunidade para manter o “ensino de qualidade” entendido por ela e oferecido pelo Instituto Educacional "Matheus Maylasky"?

Recorta-se esse período de estudo, pois é quando ocorre a efetiva participação dessa comunidade que não desejava a transferência da escola para outro domínio que não fosse o existente, ou seja, a mantenedora FEPASA, pois visualizavam uma perda de qualidade no ensino.

Quando analisado todo o processo histórico da escola, desde a sua fundação até o momento que foi municipalizada, com base nos materiais disponíveis para esse levantamento, como livros de atas na escola, recortes de jornais e depoimentos orais, entendemos que nos primeiros vinte anos, entre 1952 a 1972, a escola mantida pela EFS atende as expectativas e necessidades do seu público, no que se refere à educação para a comunidade local.

A partir do momento que o governo estadual determinou uma nova estrutura para as ferrovias paulistas, elas foram unificadas e denominadas pela sigla FEPASA; esta nova direção, a princípio, não demonstrava o mesmo interesse em manter a escola sob sua responsabilidade, chegando a desativá-la entre 1972 a 1975 e criando uma escola técnica para formação profissional dos seus ferroviários.

Até esse momento a comunidade parecia não demonstrar reação, porém, quando a escola foi reativada, a sensação de pertencimento e a necessidade em manter seus filhos numa escola considerada referência no município, com qualidade diferenciada em seu currículo, despertou o sentimento de aproximação e luta para

que a mesma fosse fortalecida e conduzida de acordo com a proposta em sua fundação, e, atendendo seus interesses e necessidades, não ficando mais somente à mercê da mantenedora.

As articulações ocorreram além de um simples movimento dos pais, corpo docente e funcionários, para a organização e criação da Associação de Pais e Mestres (APM). A partir de 1981, a APM teria um papel não apenas deliberativo, mas executivo, com ações e exercício de preservação e manutenção da escola, bem como movimentos e busca de soluções diante das crises enfrentadas em determinados momentos que exigiram tomadas de decisões e defesa da escola para evitar mudança de direção não prevista e nem aceita por essa comunidade.

A crise de 1981, referente às irregularidades na gestão da escola, foi alvo da exigência dos pais frente à mantenedora, para o afastamento e troca na direção.

A crise de 1985, quando a mantenedora queria transferir o IEMM para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, foi enfrentada com movimentos e apelo às autoridades municipais e estaduais para que tal procedimento não se consolidasse, pois os pais compreendiam que o trabalho ali desenvolvido não seria atendido com a mesma qualidade se a escola passasse a ser pública estadual. Conseguiram, via ordem direta do governador do Estado, Franco Montoro, a permanência da escola junto à sua mantenedora.

A crise de 1995 foi a última enfrentada pela comunidade na condição de escola mantida pela ferrovia, também como constatado nos levantamentos, extremamente desgastante, pois a tensão era muito grande para que a escola não passasse para o Estado. Havia proposta de torná-la uma cooperativa, porém não agradava a todos, no entanto havia a necessidade de encontrar uma solução definitiva, já que a Companhia estava sendo privatizada e não havia como mantê-la junto a mesma.

Outra proposta em curso seria a municipalização, vista pelos pais como uma solução mais adequada. Diante do impasse, optou-se por um plebiscito em que a maioria dos pais decidiu que a escola deveria ser municipalizada, e após o veredito, aceito pela FEPASA e o Poder Público Municipal, começou a tramitação para que o Instituto Educacional Matheus Maylasky encerrasse sua história como uma escola

particular mantida pela ferrovia desde a sua criação, para se tornar uma escola pública municipal.

A princípio, parecia que toda força da comunidade, enquanto estava enfrentando as principais decisões para a sustentabilidade e manutenção da escola, havia se perdido, mas quando se analisa a trajetória dentro do escopo desse trabalho, nota-se uma comunidade ativa e persistente e no limite da sua força e capacidade de reação, que não se entregou mas discutiu, buscou e decidiu aquilo que acreditava ser o melhor em função dos seus interesses.

A hipótese de trabalho que a comunidade não se acomodou diante das crises, apesar de uma certa passividade num primeiro momento, se confirmou pelas ações constatadas ao longo do estudo, demonstrado não só no cotidiano da escola, mas principalmente quando os episódios mais críticos ocorreram e as ações para resolução foram as mais diversas possíveis, até que se chegasse naquilo que era considerado o ideal para os interesses dessa comunidade.

Não houve pretensão de esgotar o assunto, pois a riqueza de detalhes e como a história dessa escola foi construída, desde a sua fundação até a municipalização, são marcantes na própria história do município. A história do Instituto Educacional "Matheus Maylasky", poderia ser explorada por vários ângulos, mas ao tomar conhecimento desse conteúdo, percebeu-se que ela poderia ser contada por um ângulo diferente, porém fundamental, que era a comunidade da escola representada pelos pais, que eram também funcionários da ferrovia e por isso prezavam a escola, e pelo seu corpo docente e funcionários, que se dedicavam intensamente para que a escola apresentasse um diferencial no campo da educação, assim como se constatou nos depoimentos de alguns egressos da época que foram contatados. Assim, este é um tema amplo e rico, que pode ter continuidade e ser explorado no campo da história e historiografia em outros trabalhos relativos.

REFERÊNCIAS

- ACCA, Wanderlei. **A Práxis Educativa dentro de uma Gestão Democrática**. Monografia apresentada a banca examinadora do curso de Especialização em gestão escolar do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos, como exigência parcial para obtenção do título de especialista em gestão escolar sob orientação do professor Dr. Flávio Caetano da Silva. São Carlos – SP, outubro, 2009.
- ALBERTI, Verena. **Fontes Orais. História dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi,(org.). Fontes Orais. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALUNOS, do Maylasky em Escolas do Estado se sobram vagas, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 11/12/1974.
- ANTUNES, Isa Cristina Barbosa et al. **A Reforma Universitária De 1968 E As Transformações Nas Instituições De Ensino Superior**. Revista Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, UFRN, Rio Grande do Norte, 2011.
- AZANHA, José Mário P. **Educação: Temas Polêmicos**, 1ª ed. São Paulo, 1995.
- BONANI, Edison. **Convivência da comunidade no cotidiano escolar**. Sorocaba-SP. 2016. Depoimento.
- BRASIL. PLANALTO. **CONSTITUIÇÃO Dos Estados Unidos Do Brasil De 1946**. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em : 09/12/2016 as 15:45hs.
- BRASIL. PLANALTO, **Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 06/12/2016 as 12:20hs.
- BRASIL. PLANALTO. **LEI nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências**. Disponível em:<
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm> Acesso em: 06/12/2016 as 12:29hs.
- BRASIL. PLANALTO. **CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil De 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 19-08-2016 as 00: 13hs.
- BRASIL. SENADO FEDERAL. ART. 5 Título VIII -Da Ordem Social - Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - Seção I - Da Educação. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp> Acesso em: 25/06/2016 as 17:00hs.

CÂMARA apela a Montoro contra a transferência do Maylasky. **Diário de Sorocaba. Sorocaba**, 15/06/1985.

CÂMARA, debate municipalização do Maylasky, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 15/02/1996.

CHRISTOFANO, Octávio Neiva. **Convivência da comunidade no cotidiano escolar**. Sorocaba- SP. 2016. Depoimento.

CORAGGIO, José Luís. **Propostas do Banco Mundial para a Educação: Sentido oculto ou problema de concepção**. Trad. Mônica Corullón. In: DE TOMAMSI, Lívia, WARDE, Míriam Jorge e HADDAD, Sérgio, (org,). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**, São Paulo: Cortez, 1996, p. 100.

CRISE, na administração do Maylasky gera problemas no ensino. **Diário de Sorocaba**. Sorocaba, 17/06/1981.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação na Transição para a democracia: O caso do Brasil**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 13, nº 2, p.33, jul./dez. 1988.

DOURADO, Luiz Fernandes, OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, nº 78, p. 201-206, maio/ago. 2009. Disponível em <http://cedes.unicamp.br>, acesso em 05/03/2017 as 14:20hs.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**- 5ª edição. – ed. Saraiva- São Paulo, 2009.

FEPASA, transformará o Matheus Maylasky numa escola profissional, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 06/09/1972.

FEPASA, quer passar Maylasky para Secretaria de Educação. **Diário de Sorocaba. Sorocaba**. 13/06/1985.

FERRAZ, Elen Cristina de Oliveira Ferreira. **Escola Municipal de Primeiro Grau e Ensino Supletivo Matheus Maylasky: A Municipalização desejada**. 2005. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação - UNISO. Sorocaba - SP, 2005.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**, 3ª Ed. Campinas – SP: Alínia, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. Atlas, São Paulo 1991.

GUERRA FRIA. **InfoEscola**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/guerra-fria>>. Acesso em: 25/06/ 2016. 23.44hs.

LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LE GOFF, Jaques. **Memória e História**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1979.

LE GOFF, Jaques. **Documento/Monumento. In: História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

LEIS, Nilson. **A Caracterização do Processo Urbano e Industrialização: o caso de Sorocaba**. UNISO, Universidade de Sorocaba, - SP, v.21, nº 2, dez 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica 2003.p. 153.

MAGAGNA, Beatriz Elaine Picini. **Plebiscito entre os pais do IEMM sobre a municipalização da escola**. Sorocaba- SP. 2016. Entrevista.

MATHEUS MAYLASKY, deixa a educação infantil para formar profissionais, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 20/02/1975.

MATHEUS MAYLASKY, admitirá maior número de alunos, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 16/10/1975.

MATHEUS MAYLASKY, recebe matrículas, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 22/09/1976.

MATHEUS MAYLASKY, reativa seu ensino, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 01/12/1977.

MATHEUS MAYLASKY, a primeira escola do Brasil a possuir uma Comissão de Prevenção de Acidentes. **Diário de Sorocaba**. Sorocaba, 28/11/1978.

MATHEUS MAYLASKY, faz guerra contra acidentes, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 18/03/1980.

MATHEUS MAYLASKY. Livro Ata. Sorocaba-SP. 1981. Papel contínuo, p. 3 – 6.

MATHEUS MAYLASKY. Livro Ata. Sorocaba-SP. 1982. Papel contínuo, p. 8.

MATHEUS MAYLASKY. Livro Ata. Sorocaba-SP. 1984. Papel contínuo, p. 9 – 11

MATHEUS MAYLASKY. Livro Ata. Sorocaba-SP. 1985. Papel contínuo, p. 12.

MATHEUS MAYLASKY. Livro Ata. Sorocaba-SP. 1989. Papel contínuo, p.37.

MATHEUS MAYLASKY. Livro Ata. Sorocaba-SP. 1993. Papel contínuo, p. 49.

MATHEUS MAYLASKY. Livro Ata. Sorocaba-SP. 1995. Papel contínuo, p. 59.

MATHEUS MAYLASKY. Livro Ata. Sorocaba-SP. 1995. Papel contínuo, p. 60.

MATHEUS MAYLASKY. Livro Ata. Sorocaba-SP. 1995. Papel contínuo, p. 62.

MATHEUS MAYLASKY, prossegue mobilização. **Diário de Sorocaba**. Sorocaba, 13/08/1985.

MATHEUS MAYLASKY, não quer passar ao Estado, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 13/06/1985.

MATHEUS MAYLASKY, FEPASA deverá assinar acordo com Estado, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 21/06/1985.

MATHEUS MAYLASKY, pretende ter convênio com Prefeitura, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 03/07/1985.

MAYLASKY, nota sobre a decisão de Franco Montoro, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 18/08/1985.

MAYLASKY, decisão de Franco Montoro, **Diário De Sorocaba**. Sorocaba, 22/08/1985.

MATHEUS MAYLASKY, Escola inaugura o prédio de sua Pré-Escola **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 22/08/1989.

MAYLASKY, Poderá ser transformado em Cooperativa, **Diário De Sorocaba**. Sorocaba, 1995.

MENDES, Paulo. **Processo de municipalização do IEMM**. Sorocaba- SP. 2016. Entrevista.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 17 de mai. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. / Plano Decenal de Educação para Todos. 1993-2003**. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 09/12/2016.

MONTORO, Franco, decide: “Matheus Maylasky” fica com a FEPASA, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 17/08/1985.

PAÇO E FEPASA, ainda discutem municipalização do Maylasky, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 02/02/1996.

PAVA, Vanilda.P, **MOBRAL: um desacerto autoritário I, II e III**. Rio de Janeiro: Síntese, Ibrades, n. 23-24, (1981-1982).

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4ª Edição, São Paulo, Cortez, 2016, p. 21.

PEREIRA, R. Maria de Fátima. **Dois Sentidos para a Educação na década de 1980: Democracia e Cidadania/ Implicações Históricas** – Disponível em <histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_de_Fátima_Rodrigues_Pereira_artigo.pdf> Acesso em: 15/01/16 as 20:40hs.

PROFESSORAS, do Maylasky serão aproveitadas através do convênio FEPASA-MOBRAL, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 30/11/1972.

PROJETO, sobre o “Maylasky” é apreciado hoje, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 22/02/1996.

REVISTA FERROVIÁRIA. **Suplemento Especial: os empresários e as ferrovias**, Rio de Janeiro, maio, 1997- Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art05_40.pdf> Acesso em: 15/01/2016 as 18: 00hs.

ROLIM, Tácito Thadeu Leite. **Brasil e Estados Unidos no Contexto da “Guerra Fria” e seus subprodutos: Era Atômica e dos Mísseis, Corrida Armamentista e Espacial, 1945 – 1960**. 2012, 1v. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

SAMPAIO, João José. **Convivência da comunidade no cotidiano escolar**. Sorocaba- SP. 2016. Depoimento.

SANDANO, Wilson. **Lei Orgânica Municipal de 1990, Educação e Cidadania em Sorocaba**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da UNIMEP. Piracicaba – SP, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil**. O Papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino. São Paulo. Cortez/Associados, 1995.

SCHRANM, K. L. Marilene – **As Tendências Pedagógicas e o Ensino Aprendizagem da Arte**. 2012. Disponível em: <artenaescola.org.br/sala-de-leitura/artigos/artigo.php?id=69329>. Acesso em: 15/01/2016 às 20:10h.

SECRETÁRIA, da Educação deve receber escola modelo hoje. **Diário de Sorocaba**. 09/08/1985.

SEGURANÇA, FEPASA ensina 600 alunos, **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 06/01/1979.

SILVA, Daniela Aparecida. **Convivência da comunidade no cotidiano escolar**. Sorocaba- SP. 2016. Depoimento.

SOARES, Maria Clara. **Banco Mundial: Políticas e Reformas**, In: TOMMASI, Livia de, et al. (org.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2 º. Ed - SP. Cortez, 1998.

SOROCABA, implantará em 1979 uma Cipa escolar. **FOLHA DE SÃO PAULO**. Sorocaba, 01/12/1978.

SOUKEF, Antonio Junior. **Estrada de Ferro Sorocabana: Uma saga ferroviária**, São Paulo: Editora Tribal, 2001.

SOUZA, Maria Cassiane de. **Convivência da comunidade no cotidiano escolar**. Sorocaba- SP. 2016. Depoimento.

SOUZA, Rosa Fátima- **Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate**, Revista Linhas- Florianópolis- v. 14, n. 26, jan/jun 2013. p. 199 – 221.

TENCA, Álvaro. **Senhores dos trilhos – racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do Curso de Ferroviários da Antiga Paulista**. São Paulo. SP: Editora UNESP, 2006. 332p.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem** (Jomtien, Tailândia, 1990). Brasília, DF: UNICEF, 1991.

VIVACIDADE. **Regiões da Cidade**. Disponível em <http://www.vivacidade.com.br/gv_regiao.php?id_regiao=4>, acesso em 27/12/2016 as 09:50hs.